

MINISTÉRIO DA GEOLOGIA E MINAS E DA INDÚSTRIA

Decreto Executivo n.º 172/12

de 17 de Maio

Tendo sido constituída a Associação em Participação para a Prospeção, Pesquisa e Reconhecimento de Depósitos Secundários de Diamantes entre a ENDIAMA – E. P., a Muazaza Chiumbe, Lda, a Icanoras, SA, e a Levon Trading International, Ltd, denominado projecto Cariango;

Havendo manifesto interesse público relativo à boa execução do referido acordo;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola e de acordo com o artigo 2.º do Decreto n.º 36/03, de 27 de Junho, determino:

Artigo 1.º — Homologo o Contrato de Associação em Participação para Prospeção, Pesquisa e Reconhecimento de Depósitos Secundários de Diamantes entre a ENDIAMA - E. P., a MUAZAZA CHIUMBE, LDA, a ICANORAS, SA, e a LEVON TRADING INTERNATIONAL, LTD, denominado Projecto CARIANGO, anexo ao presente diploma do qual é parte integrante.

Artigo 2.º — O referido contrato possui setenta e nove cláusulas e seis anexos, nomeadamente:

- A. Descrição e Mapa da Área do Contrato;
- B. Programa de Trabalhos;
- C. Programa de Formação Técnico-profissional;
- D. Princípios Gerais da Política de Recursos Humanos;
- E. Princípios Gerais Sobre o Impacto Ambiental;
- F. Princípios Sobre Acções de Carácter Social.

Artigo 3.º — O investimento mínimo obrigatório é de cinco milhões de Dólares Americanos (USD 5.000.000,00).

Artigo 4.º — A área de execução do contrato é de três mil quilómetros quadrados (3.000 Km²).

Artigo 5.º — A duração do contrato é de cinco anos.

Artigo 6.º — É aplicável ao referido projecto mineiro a legislação ambiental e fiscal em vigor no País.

Publique-se.

Luanda, aos 9 de Dezembro de 2011.

O Ministro, *Joaquim Duarte da Costa David*.

CONTRATO DE ASSOCIAÇÃO EM PARTICIPAÇÃO PARA PROSPECÇÃO, PESQUISA E RECONHECIMENTO DE DIAMANTES DE DEPÓSITOS SECUNDÁRIOS NA CONCESSÃO DO “CARIANGO”

Entre: Empresa Nacional de Diamantes de Angola, E. P. (“ENDIAMA”), MUAZAZA CHIUMBUE — Exploração Mineira, Limitada (“MUAZAZA”) ICANORAS — Comércio Geral, Importação e Exploração, S. A. R. L. (“ICANORAS”) e a LEVON — Trading Intrnational, (PLY) LTD (“LEVON”)

CONTRATO DE ASSOCIAÇÃO EM PARTICIPAÇÃO

Entre: Empresa Nacional de Diamantes de Angola - ENDIAMA – E. P., Empresa Pública, com sede na Rua Major Kanhangulo, n.º 100, em Luanda, Pessoa Colectiva n.º 5410001060, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Luanda, sob o n.º 16/94, registada no Instituto Nacional de Estatística, sob o n.º 1300, neste acto devidamente representada pelo Eng.º António Carlos Sumbula, na condição de Presidente do Conselho de Administração, cuja qualidade e suficiência de poderes se acham no Decreto n.º 62/09, de 23 de Novembro, adiante abreviadamente designada por “ENDIAMA”;

MUAZAZA CHIUMBUE — Exploração Mineira, Limitada, com sede na Lunda Sul, Município do Saurimo, Rua da Liberdade, Prédio Senisa, n.º 1, 1.º Andar, Pessoa Colectiva n.º 0.182.366/00-6, com capital social de Kz: 10.000,00 (dez mil kwanzas), registada na Conservatória do Registo Comercial da Lunda Sul, sob o n.º 36/06, a fls. 18 V do Livro C-1, Registada no Instituto Nacional de Estatística, sob o n.º 35062, portadora do Certificado de Registo Mineiro n.º 519/166/RM7DNM, neste acto devidamente representada por Filipe Marta Damião Santana, filho de André Damião Santana e de Joana Marta Isabel Bezerra, titular do Bilhete de Identidade n.º 003728247LS036, emitido pela Direcção Nacional de Identificação, da Lunda Sul, aos 21/04/2009, na condição de Gerente, cuja qualidade e suficiência de poderes resulta dos Estatutos da Sociedade e da respectiva Certidão do Registo Comercial, adiante abreviadamente designada por “MUAZAZA”;

ICANORAS — Comércio Geral, Importação e Exploração, S.A.R.L., sociedade anónima, com sede em Luanda, à Rua Rei Katyavala, n.º 126-B, sobreloja, Pessoa Colectiva n.º 012352200-5, com o capital social de KzR: 2.000.000.000,00 (dois bilhões de kwanzas reajustados), registada na Conservatória do Registo Comercial de Luanda Sul, sob o n.º 22/99, registada no Instituto Nacional de Estatística, sob o n.º 21749, neste acto devidamente representada por Isalino Manuel Mendes, na condição, de Presidente do Conselho de Administração, cuja qualidade e suficiência de poderes resulta da respectiva Certidão do Registo Comercial, adiante abreviadamente designada por “ICANORAS” e LEVON — TRADING INTRNATIONAL, (PLY) LTD., anteriormente denominada VEXMA — PROPERTIES 187 (Proprietary) Limited, com sede na República da África do Sul, Duynefontein, Melkbosstrand, 7441, registada na Secção 64, da Conservatória do Registo Comercial da África do Sul, sob o n.º 2002/000189/07,

neste acto devidamente representada por Beverley Leonore Cloete, na condição de Gerente, conforme documento comprovativo dessa qualidade junto a este contrato, adiante designada por “LEVON”;

PREÂMBULO

Considerando que:

- a) A ENDIAMA, criada ao abrigo do Decreto n.º 6/81, de 15 de Junho e regulada pelo Decreto n.º 30-A/97, de 25 de Abril, realiza a sua principal actividade em todo o território de Angola, em regime de exclusividade ou através de associações com parceiros nacionais e estrangeiros, nos termos da Lei n.º 1/92, de 17 de Janeiro e da Lei n.º 16/94, de 7 de Outubro;
- b) Em conformidade com a estratégia definida pelo Governo para o subsector dos diamantes, no desenvolvimento das respectivas actividades, deve ser promovida a participação de empresas nacionais em projectos diamantíferos;
- c) A ENDIAMA, a MUAZAZA, a ICANORAS e a LEVON, desejam exercer em conjunto os direitos mineiros de prospecção, pesquisa e reconhecimento de diamantes através de uma associação em participação, direitos esses concedidos nos termos deste Contrato a ser homologado pelo Ministro da Geologia e Minas e Indústria, de acordo com o artigo 6.º, n.º 1 da Lei n.º 1/92, de 17 de Janeiro e do Decreto n.º 36/03, de 27 de Junho.

As Partes, de comum acordo, celebram o presente Contrato de Associação em Participação, que se regerá pelas Cláusulas seguintes:

CAPÍTULO I Definições e Objecto

CLÁUSULA 1.ª (Definições)

Para efeitos do presente Contrato e salvo se do seu contexto, claramente resultar sentido diferente, os termos abaixo indicados terão, sempre que iniciados por letra maiúscula, o significado que a seguir lhes é atribuído:

1. “*Anexo*” ou “*Anexos*” — significa o(s) documento(s) anexo(s) ao Contrato e que dele faz(em) parte integrante;“
2. “*Angola*” — significa a República de Angola;
3. “*Ano*” ou “*Anual*” — significa o período de doze meses consecutivos do calendário Gregoriano;
4. “*Área*” e/ou “*Área do Contrato*” — significa a área definida no n.º 1 da cláusula 7.ª e no Anexo A;

5. “*Área da Mina*” — significa a área delimitada para a Exploração de Jazigos economicamente viáveis;

6. “*Associada*” — significa a ENDIAMA, ou o MUAZAZA, ou a ICANORAS, ou a LEVON, quando referidas individualmente;

7. “*Associadas*” — significa a ENDIAMA, o MUAZAZA, a ICANORAS, e a LEVON, quando referidas em conjunto;

8. “*Associação em Participação*” ou “*Associação*” — significa a entidade, destituída de personalidade jurídica, constituída nos termos da Cláusula 3.ª do presente Contrato, em obediência ao artigo 45.º e seguintes da Lei n.º 19/03, de 12 de Agosto;

9. “*Comercialização*” — significa o conjunto de actos e operações realizados com o objectivo de preparar os diamantes para venda, incluindo a sua classificação, avaliação, negociação, venda, bem como outras actividades acessórias ou complementares;

10. “*Conselho de Associados*” — significa o órgão deliberativo da Associação em Participação e cuja composição se processa nos termos da cláusula 39.ª;

11. “*Contrato*” — significa este Contrato, incluindo todos os seus Anexos, assim como qualquer aditamento e alteração que o mesmo vier a sofrer;

12. “*Contrato de Exploração*” — significa o contrato que será celebrado para a exploração de diamantes, nos termos da lei;

13. “*Custos de Investimento*” ou “*Custos*” — significa os custos da Associação, tal como definidos na Cláusula 22.ª do presente Contrato;

14. “*Data Efectiva*” — significa a data de entrada em vigor do presente Contrato, nos termos enunciados na cláusula 74.ª;

15. “*Depósitos*” — significam as acumulações naturais de diamantes ocorridas na Área do Contrato que justifiquem ou não a Pesquisa a fim de determinar se a sua Exploração é técnica e economicamente viável;

16. “*Divisas*” — significa qualquer moeda estrangeira livremente convertível nos mercados financeiros internacionais;

17. “*Entidade Pública*” — significa qualquer autoridade central, local ou com outras características (incluindo autoridades reguladoras ou entidades administrativas), com poderes jurisdicionais sobre a Associação, e qualquer departamento, autoridade, ministério, comissão, instituto ou agência do Governo, com excepção do Organismo Competente e do Conselho de Ministros;

18. “*Estado*” — significa o Estado da República de Angola;

19. “*Estudo de Viabilidade Técnico Económica*” ou “*Estudo*” ou “*E.V.T.E.*” — significa o estudo ou estudos a realizar após a Prospecção, Pesquisa e Reconhecimento dos Depósitos descobertos, nos termos da Cláusula 27.ª, os quais

se destinam a demonstrar a viabilidade técnica e económica da Exploração;

20. “*Exploração*” — significa o conjunto de operações e actividades realizadas, tendo por fim a extracção, carregamento, transporte e tratamento de minério diamantífero e a recuperação ou obtenção de diamantes;

21. “*Força Maior*” — significa todo e qualquer fenómeno alheio a vontade das partes, imprevisível e incontornável, designadamente, catástrofes naturais, guerras, sabotagens, terrorismo, insurreições, distúrbios civis ou greves;

22. “*Governo*” — significa o Governo da República de Angola;

23. “*Impacto Ambiental*” — significa o conjunto das alterações produzidas pelos resultados das actividades geológico-mineiras da Associação a nível ambiental, numa determinada área, que afectam directa ou indirectamente o bem-estar da população assim como a qualidade dos recursos ambientais;

24. “*Implementação*” — significa a etapa inicial da Prospeccção que consiste na mobilização e implantação dos meios necessários à realização da Prospeccção, incluindo entre outros, a aquisição, importação, montagem e instalação de equipamentos, estruturas, infra-estruturas técnicas e sociais dentro e em redor da Área da Concessão;

25. “*Informação Geológico-Mineira*” — significa os estudos, dados e informações de natureza técnica, económica, financeira, geológica e mineira em poder da ENDIAMA ou de qualquer das partes, bem como os que vierem a ser obtidos, relacionados com a Área do Contrato;

26. “*Investigação Geológico-Mineira*” — significa a actividade que engloba as operações realizadas nas etapas de Prospeccção, Pesquisa e Reconhecimento;

27. “*Investimento*” — significa o capital disponibilizado pelo investidor, por sua total conta e risco e sem juros, para a cabal realização da Prospeccção e elaboração do respectivo E.V.T.E.;

28. “*Jazigos*” — significam os Depósitos cuja exploração é técnica e economicamente viável;

29. “*Jazigos Primários*” — significam os Jazigos constituídos por Quimberlitos e outras formações geológicas geneticamente associadas a uma rocha-matriz do diamante, que não tenham sofrido qualquer transporte pós-deposicional, incluindo a intrusão primária (chaminé ou canal), extrusão, enchimentos da cratera, restos de rochas efusivas associadas com o fenómeno vulcânico e os produtos da alteração, erosão e derivados da acção meteorológica a que fiquem sujeitas essas rochas primárias, se a sua exploração for técnica e economicamente viável;

30. “*Jazigos Secundários*” — significam os Jazigos resultantes do transporte pós-deposicional e do depósito de elementos diamantíferos, normalmente por processos

fluviais, provenientes dos Jazigos Primários, se a sua exploração for técnica e economicamente viável;

31. “*Mina*” — significa a escavação ou abertura efectuada no solo, no local onde se situa um Jazigo de diamantes (ou conjunto de Jazigos de diamantes), com o fim de se extraírem diamantes e/ou outros minerais a partir desse Jazigo;

32. “*Minerais Acessórios*” — significa os minerais que estão genética e intimamente ligados aos diamantes num Jazigo e que não podem ser economicamente extraídos de forma selectiva antes do tratamento;

33. “*Operações de Investigação Geológico-Mineira*” — significam todas as actividades de qualquer tipo relacionadas com a Prospeccção, Pesquisa e Reconhecimento de Diamantes de Depósitos de Primários ou Secundários;

34. “*Organismo Competente*” — significa a ENDIAMA enquanto órgão empresarial do Estado, para a execução da política de mineração e de comercialização de diamantes, à quem são concedidos, em exclusivo, ou às empresas mistas em que ela participe, os direitos mineiros relativos a diamantes;

35. “*Parte ou Partes*” — significa a ENDIAMA, a MUAZAZA a ICANORAS e a LEVON, quando referidas individualmente ou em conjunto, respectivamente;

36. “*Pesquisa*” — significa o conjunto de operações constituídas pela execução de trabalhos, como poços e/ou sanjas, trincheiras que, complementados com trabalhos geofísicos, geológicos e laboratoriais, têm como objectivo a determinação das características dos Depósitos;

37. “*Planeamento Mineiro*” — significa o conjunto de operações e trabalhos de caracterização e avaliação dos Depósitos diamantíferos, cálculos das reservas, dimensionamento e planeamento da Mina;

38. “*Plano de Prospeccção*” — significa o projecto de execução das operações de prospeccção e de pesquisa, contendo a descrição dos métodos e das instalações, a programação das operações, cálculo dos custos e a previsão dos resultados económicos e financeiros;

39. “*Prospeccção*” — significa o conjunto de operações a executar mediante levantamentos geológicos, geoquímicos ou geofísicos, com vista à descoberta e localização de ocorrências no solo, subsolo, no leito dos rios e no fundo do mar territorial e da plataforma continental;

40. “*Reconhecimento*” — significa o conjunto de operações e trabalhos que têm por finalidade o dimensionamento e geometrização dos Jazigos, o estudo das características de mineralização e a avaliação das respectivas reservas;

41. “*Segurança*” — significam as acções e operações não mineiras destinadas a assegurar a protecção e a integridade dos trabalhadores e dos meios e bens da Associação e dos diamantes;

42. “*Sociedade Comercial*” — significa a sociedade que venha a ser constituída entre as Associadas para o exercício

dos direitos mineiros de Exploração e Comercialização em relação ao(s) Jazigo(s) economicamente viáveis descobertos na Área do Contrato.

CLÁUSULA 2.^a
(Objecto do Contrato e Denominação)

1. O objecto do presente Contrato é a constituição de uma Associação em Participação entre as Partes, para o exercício dos direitos mineiros de Prospeção, Pesquisa e Reconhecimento de Depósitos Secundários de Diamantes, concedidos à ENDIAMA, na área de concessão de 3.000 Km² sita na Área do CARIANGO, Município da Quibala, Província de Kwanza-Sul conforme Croquis de Localização que consta do Anexo A.

2. Caso venha a ter lugar a fase de Exploração, as Partes acordam constituir uma Sociedade Comercial, à qual será atribuído o direito exclusivo para a Exploração dos Jazigos Secundários descobertos na Área referida no n.º 1 da presente Cláusula e para comercialização dos diamantes extraídos, nos termos da lei, cabendo a cada uma das Associadas a participação social prevista na Cláusula 4.^a do presente Contrato.

3. A Associação em Participação constituída no âmbito do presente contrato terá a denominação de “Associação em Participação do Cariango Aluvião”.

CLÁUSULA 3.^a
(Natureza Jurídica)

1. A Associação em Participação existirá sob a forma de participação não societária de interesses, prosseguindo fins lucrativos, sem personalidade jurídica, não constituindo uma sociedade comercial ou civil, nem qualquer outra forma de associação comercial ou civil.

2. Apenas produzirão efeitos jurídicos em relação a Associação em Participação, os actos, nomeadamente, contratos, que forem assinados por todas as Associadas ou por quem tenha recebido mandato para o efeito, sem prejuízo dos poderes delegados no Conselho de Associados e no Director Geral, nos termos do presente Contrato.

3. As obrigações decorrentes desses actos assumem a natureza de obrigações conjuntas, excepto quando de outro modo for previsto no presente Contrato ou acordado pelas Partes por escrito.

CLÁUSULA 4.^a
(Quotas de Participação)

1. Os direitos de participação das Associadas na Associação em Participação são os seguintes:

a) ENDIAMA	40 %
b) MUAZAZA	4 %
c) ICANORAS	6 %
d) LEVON	50 %

2. Para a fase de exploração, caso venha a ter lugar, será constituída pelas Partes uma Sociedade Comercial com as participações societárias descritas no anterior n.º 1 da pre-

sente Cláusula e que serão fixadas no respectivo Contrato de Exploração.

CLÁUSULA 5.^a
(Propriedade dos Bens)

1. Os bens adquiridos por uma das Associadas e afetos à Associação permanecerão na propriedade exclusiva daquela, com todos os efeitos legais daí advindos, até à sua completa amortização e/ou pagamento, o que será objecto de definição e regulamentação pelo Conselho de Associados.

2. Todo e qualquer bem que seja conjuntamente adquirido pelas Associadas, ficará na compropriedade destas, na proporção dos seus direitos na Associação, enquanto durar esta, sendo em tudo o mais sujeito às regras da compropriedade previstas na Lei.

CLÁUSULA 6.^a
(Licença de Prospeção)

1. Os direitos mineiros inerentes à licença de Prospeção, Pesquisa e Reconhecimento de Diamantes de Depósitos Secundários, na Área descrita no Anexo A, ao presente Contrato, serão concedidos à ENDIAMA e exercidos pela Associação em Participação do CARIANGO ALUVIÃO, mediante homologação do presente contrato pelo Ministro da Geologia e Minas e Indústria.

2. As licenças de Prospeção são inalienáveis, intransmissíveis ou inegociáveis, salvo prévia autorização do Ministro da Geologia e Minas e Indústria.

CLÁUSULA 7.^a
(Área do Contrato)

1. A Associação exercerá os seus direitos decorrentes do presente Contrato na área do CAPENDA, descrita no Anexo A, área delimitada ou a demarcar, nos termos do artigo 5.º n.º 5 da Lei n.º 1/92, de 17 de Janeiro, pelo polígono formado pelos vértices, cujas coordenadas estão, igualmente, estabelecidas no Anexo A.

2. Salvo no que respeita aos serviços de apoio logístico e administrativo que sejam necessários montar em centros urbanos, todas as operações geológico-mineiras que constituam objecto do presente Contrato, assim como as instalações de pesquisa e reconhecimento, e os respectivos equipamentos, serão mantidos dentro da área referida no número anterior, sem prejuízo das áreas a serem libertadas, nos termos da Lei.

CLÁUSULA 8.^a
(Minerais Abrangidos)

1. Os minerais abrangidos pelo presente Contrato são:
- a) os diamantes a prospectar na Área, objecto do Contrato;
 - b) os minerais acessórios genética e intimamente ligados aos diamantes, devendo ser objecto da

devida identificação, à medida que forem sendo descobertos.

2. Os diamantes recuperados nesta fase, serão registados em boletins apropriados, avaliados e armazenados em condições a definir pelo Organismo Competente, podendo vir a ser comercializados, caso haja autorização para o efeito.

3. Quaisquer outros minerais economicamente úteis, que forem detectados nesta fase e que não caibam na definição de Minerais Acessórios, deverão ser registados como resultados desses trabalhos, referidos nos relatórios a entregar às autoridades competentes e armazenados nas condições, que forem definidas pelo Organismo Competente do Estado.

CLÁUSULA 9.^a

(Exclusividade)

A Associação exercerá, de modo exclusivo, os direitos de Prospeção, Pesquisa e Reconhecimento de Diamantes de Depósitos Secundários, não podendo ser concedidos direitos idênticos sobre a mesma Área do Contrato a terceiros.

CLÁUSULA 10.^a

(Duração do Contrato)

O presente contrato terá a duração máxima de 5 (cinco) anos, incluindo o período inicial de 3 (três) anos e as suas eventuais prorrogações, caso tenham sido efectivamente autorizadas, nos termos do n.º 5 do artigo 5.º da Lei n.º 1/92, de 17 de Janeiro, sem prejuízo da subsistência das obrigações a que, pela sua natureza, as Partes continuarem vinculadas após a caducidade da referida licença de prospeção.

CAPÍTULO II

Obrigações Gerais

CLÁUSULA 11.^a

(Obrigações Gerais das Associadas)

As Associadas ficam obrigadas a realizar as Operações que constituem o objecto do presente Contrato e que estão previstas no Programa de Trabalhos a que se refere a Cláusula 19.^a do presente contrato e outras que concorram para os mesmos fins, em conformidade com a legislação aplicável, no sentido de se atingir os objectivos identificados neste Contrato, cumprindo as seguintes obrigações:

- a) mobilizar os recursos humanos necessários para as operações, recrutando e empregando trabalhadores, consultores e outro pessoal;
- b) aprovar as políticas sobre recursos humanos necessários para as Operações;
- c) construir, equipar e assegurar a manutenção das instalações e dos equipamentos necessários às Operações, mantendo-os em condições próprias de funcionamento e executar todos os trabalhos

de montagem e manutenção dos equipamentos e das instalações;

- d) organizar e montar os serviços necessários ao bom funcionamento das instalações e infra-estruturas, incluindo os manuais de procedimentos e os regulamentos necessários;
- e) manter a contabilidade, registos das Operações de modo correcto, sistemático e permanentemente actualizado, adoptando procedimentos e regras contabilísticas internacionalmente aceites;
- f) manter de forma actualizada o registo completo e sistemático dos dados das Operações e fornecer os elementos de informação necessários ao exercício da fiscalização por parte da ENDIAMA e das autoridades competentes, para além dos relatórios periódicos, referidos na cláusula 54.^a do presente Contrato;
- g) actuar, operacionalmente, apenas dentro da Área do Contrato, não interferindo nem prejudicando operações de outrem, legalmente em curso nas áreas confinantes;
- h) garantir e efectuar, com eficácia e eficiência, a segurança industrial, patrimonial e dos diamantes;
- i) utilizar a tecnologia e os métodos mais adequados na execução de todas as operações, estudos, análises e ensaios, bem como nos serviços administrativos e de abastecimento técnico-material, procurando atingir a maior eficácia, e cumprindo com toda a legislação aplicável;
- j) cumprir escrupulosamente o previsto no n.º 8 do artigo 2.º da Lei n.º 16/94, de 7 de Outubro, no domínio da prestação de serviços e fornecimentos;
- k) iniciar a execução das Operações no prazo de noventa (90) dias, a contar da Data Efectiva e continuar a sua execução, nos termos estabelecidos no Contrato, salvo qualquer prorrogação devida a Força Maior, comprovada pelas Associadas;
- l) assegurar a operacionalidade do projecto;
- m) gerir as Operações, bem como os serviços auxiliares e de suporte a tais Operações;
- n) manter a ENDIAMA informada sobre o desenvolvimento das Operações;
- o) definir e praticar em igualdade de circunstâncias, uma escala salarial justa e equilibrada, sem diferenciação entre os trabalhadores angolanos e estrangeiros;
- p) cumprir as demais obrigações previstas no presente Contrato e na lei aplicável.

CLÁUSULA 12.^a

(Obrigações Gerais da ENDIAMA)

Para além das decorrentes da lei e das previstas no presente contrato, a ENDIAMA fica sujeita às seguintes obrigações:

- a) fornecer à Associação os dados de natureza Geológico-Mineira que esta considere úteis ou relevantes para a execução das Operações, sendo tais dados valorizados por uma empresa idónea e independente, devendo o respectivo preço ser pago à ENDIAMA, e considerado como despesa de investimento;
- b) usar os seus melhores esforços no sentido de obter para a Associação as facilidades necessárias para agilizar a importação de bens e equipamentos necessários, as formalidades para a entrada, circulação em Angola e saída dos especialistas estrangeiros, o licenciamento da utilização de explosivos e rádios de comunicação, bem como outras formalidades necessárias às actividades abrangidas pelo presente Contrato;
- c) contribuir para que seja assegurado, dentro das limitações da lei, o livre trânsito em Angola do pessoal ao serviço da Associação;
- d) assistir a Associação nos procedimentos legais para a obtenção de isenções fiscais para todas as operações relacionadas com o trânsito de bens e serviços, desde que os mesmos sejam permitidos pela legislação em vigor;
- e) diligenciar para que todas as licenças necessárias sejam concedidas à Associação e assegurar a aprovação pelas Entidades Públicas e/ou pelo Organismo Competente de tudo o que se revele necessário para o total cumprimento das Operações abrangidas por este Contrato;
- f) proceder, de acordo com a lei, à demarcação das áreas necessárias para as instalações destinadas à execução das operações geológico-mineiras;
- g) manter a ENDIAMA informada sobre a implantação e desenvolvimento do projecto;
- h) dar o seu melhor no cumprimento das obrigações e responsabilidades que lhe caibam no âmbito da gestão e administração da Associação e condução das Operações e utilizar toda a capacidade técnica, conhecimento e experiência que possui.

CLÁUSULA 13.^a

(Obrigações Gerais do CONSÓRCIO, MUAZAZA e da ICANORAS)

Para além das decorrentes da lei e das previstas no presente Contrato, o CONSÓRCIO, a MUAZAZA e a ICANORAS ficam sujeitas às seguintes obrigações:

- a) dar o seu contributo válido e activo no desenvolvimento das Operações;
- b) cooperar e agir de boa fé durante a execução do presente Contrato com vista a garantir o cumprimento das disposições contratuais e a regular e eficaz execução das Operações;
- c) participar nas deliberações do Conselho de Associados;
- d) participar na discussão para a elaboração dos programas trimestrais, anuais e respectivos orçamentos;
- e) promover a criação de condições que propiciem o bom relacionamento com as Entidades Públicas, a estabilidade e a segurança na Área do Contrato;
- f) promover a criação das condições necessárias ao bom relacionamento da Associação e todo o pessoal envolvido na execução das Operações com as comunidades locais, designadamente, sensibilizando a Associação para a importância do respeito pelos valores tradicionais daquelas comunidades e sensibilizando estas últimas para a relevância económica e social das Operações para o seu próprio desenvolvimento;
- g) assumir a responsabilidade que lhe cabe no âmbito do exercício conjunto da gestão e administração da Associação e utilizar, no cumprimento das suas funções, toda a capacidade técnica, o conhecimento e a experiência que possui; e
- h) cumprir com as demais obrigações previstas neste Contrato e na lei aplicável.

CLÁUSULA 14.^a

(Obrigações Gerais da LEVON)

Para além das decorrentes da lei e das previstas no presente Contrato, a LEVON fica sujeita às seguintes obrigações:

- a) transferir gratuitamente para a Associação, toda a informação geológica relativa à Área do Contrato, quer seja obtida durante eventuais Operações anteriores, quer seja no âmbito do presente Contrato;
- b) assumir a responsabilidade, sem prejuízo do exercício conjunto da gestão e administração, pela condução e realização das Operações e utilizar, no cumprimento das suas funções, toda a capacidade técnica, o conhecimento e a experiência que possui, conforme a cláusula 42.^a do presente Contrato, referente à administração e gestão;
- c) realizar por sua conta e risco e sem juros, os investimentos para as Operações de Prospeção,

- Pesquisa e Reconhecimento, nos termos da Cláusula 23.^a do presente contrato;
- d) dar cumprimento aos programas de Prospeção e Pesquisa e do plano de investimentos, nos prazos e condições estabelecidos, atingindo os objectivos fixados e mantendo as Operações permanentemente activas, salvo em caso de Força Maior ou outras vicissitudes previstas no Contrato;
 - e) cumprir com toda a legislação vigente na República de Angola;
 - f) respeitar os Princípios de Formação Técnico-Profissional que constituem o Anexo C, cujos programas de implementação serão aprovados pelo Conselho de Associados, mediante proposta da Direcção Executiva, no prazo máximo de quarenta e cinco (45) dias, contados da data do início das Operações;
 - g) transferir o “*know-how*” e contribuir activamente para a actualização e formação técnico-profissional dos trabalhadores angolanos, tomando as medidas necessárias e dirigindo acções programadas, adequadas para esse fim, devidamente cronogramadas e orçamentadas, prevendo a substituição gradual do pessoal estrangeiro pelo nacional;
 - h) dar, sempre que possível, preferência aos trabalhadores angolanos no recrutamento do pessoal necessário às Operações, quando apresentem qualificações e experiência comparáveis às dos expatriados ou revelem aptidão para serem treinados com vista a substituírem os quadros expatriados, bem como empreender o treinamento “*on the job*” do pessoal angolano, inclusive para os cargos de Direcção;
 - i) contratar trabalhadores, empresas, consultores e outro pessoal necessário a realização das Operações, mediante prévia aprovação do Conselho de Associados;
 - j) efectuar o estudo de impacto ambiental, de acordo com a legislação em vigor.

CAPÍTULO III

Prospecção, Pesquisa e Reconhecimento

SECÇÃO I

Operações de Investigação Geológico-Mineira

CLÁUSULA 15.^a (Operações)

1. As operações de investigação geológico-mineiras compreendem as etapas de Prospeção, Pesquisa e Reconhecimento de Diamantes de Depósitos Secundários, na Área do Contrato.

2. A Associação, através da LEVON, tem o direito e a obrigação de realizar todas as actividades de investigação geológico-mineiras necessárias, de forma correcta e tecnicamente aceitável, em conformidade com o programa de trabalhos constante do Anexo B.

CLÁUSULA 16.^a

(Implantação)

As Operações a serem realizadas na Área do Contrato, iniciarão com a fase de mobilização e implantação dos meios, bens e equipamentos necessários à actividade, nomeadamente, a aquisição, importação, montagem e instalação de equipamentos, infra-estruturas e estruturas técnicas e sociais, assim como a realização de levantamentos aéreos, planeamento da fase de Investigação Geológico-Mineira, o recrutamento de pessoal e outras actividades organizativas, devendo respeitar o prazo previsto na alínea k) da cláusula 11.^a do presente contrato.

SECÇÃO II

Prazo dos Direitos de Prospeção e Libertação de Áreas

CLÁUSULA 17.^a

(Prazo dos Direitos de Prospeção)

1. Os direitos mineiros de Prospeção, Pesquisa e Reconhecimento são concedidos pelo período inicial de 3 (três) anos, ao qual se poderão acrescer mais duas prorrogações de 1 (um) ano cada, caso haja justificação para o efeito e tenha sido devidamente autorizada, nos termos do n.º 5 do artigo 5.º da Lei n.º 1/92, de 17 de Janeiro.

2. Se, no final do período inicial de 3 (três) anos, a Associação não concluir os trabalhos de Prospeção, Pesquisa e Reconhecimento de Diamantes de Depósitos Secundários e, se de acordo com a avaliação do desempenho das Operações anteriores, se justificar a continuação de tais Operações, aquela poderá requerer que lhe sejam concedidas as prorrogações referidas no número anterior.

3. Se, antes do final do período previsto n.ºs n.º 1 e 2 da Cláusula anterior, a Associação tiver concluído os trabalhos de Prospeção, Pesquisa e Reconhecimento e se de acordo com o EVTE se justificar a passagem para a fase de Exploração, ser-lhe-á outorgado o respectivo Título de Exploração, nos termos das cláusulas 28.^a, 29.^a, 30.^a e 31.^a, do presente Contrato.

4. Caso uma parte da Área do Contrato não preencha os requisitos de segurança, a Associação solicitará ao Organismo Competente para que a contagem do prazo da licença relativamente à essa parte da Área do Contrato seja suspensa a partir da data da determinação desse facto pela

Associação e para que se reinicie a contagem do prazo da licença, na data em que a Associação considere que se encontram preenchidos os requisitos de segurança, quanto a essa parte da Área do Contrato e em todos os seus acessos.

CLÁUSULA 18.^a

(Libertação de Áreas)

1. Após o período inicial de 3 (três) anos, a Associação deverá libertar 50 % da Área do Contrato, conforme o estipulado na alínea c) do n.º 2 do artigo 6.º da Lei n.º 1/92, de 17 de Janeiro.

2. A libertação de uma Área importa a extinção de quaisquer direitos da Associação sobre a mesma, e deverá obrigar a retirada do pessoal, equipamentos e infra-estruturas nela instalada.

3. Excluem-se da obrigação referida no número anterior, as estruturas ou infra-estruturas que possam servir de suporte às Operações que prossigam nas Áreas não libertadas, bem como aquelas infra-estruturas susceptíveis de utilização comum pela população residente nas Áreas libertadas ou cujo desmantelamento se revele especialmente oneroso ou tecnicamente complexo.

4. Caso, posteriormente à libertação de quaisquer Áreas, ocorra uma alteração dos parâmetros geológicos, económicos ou legais que tornem a exploração dessas Áreas rentáveis, deverá, em igualdade de condições oferecidas, ser dada preferência à Associação, na atribuição de novos direito de Prospeção e Pesquisa sobre as Áreas em questão.

5. Não obstante o disposto nos números anteriores, a Associação poderá, a todo o tempo, libertar quaisquer áreas que considere destituídas de interesse geológico, entregando-as a ENDIAMA, livre de quaisquer ónus ou encargos.

SECÇÃO III

Programa de Trabalhos e Investimentos

CLÁUSULA 19.^a

(Programa de Trabalhos)

A Associação, através da LEVON, obriga-se a realizar, de modo integral e atempado, o programa de trabalhos de Prospeção, Pesquisa e Reconhecimento, descrito no Anexo B, salvo eventuais alterações que vierem a ser acordadas com a ENDIAMA, em função da evolução das Operações e dos resultados obtidos.

CLÁUSULA 20.^a

(Trabalhos Mínimos Obrigatórios)

1. Durante a vigência do presente Contrato, a Associação obriga-se a executar os trabalhos mínimos que se encontram descritos no Programa de Trabalhos.

2. Poderão ser autorizados trabalhos adicionais e que não constem do Programa de Trabalhos, referido no n.º 1, se a Associação demonstrar que a sua execução tem justificação técnica e/ou económica.

CLÁUSULA 21.^a

(Amostras)

1. Enquanto não existirem instalações adequadas em Angola, para a realização da análise ou avaliação de amostras geológicas obtidas durante a Prospeção, Pesquisa e Reconhecimento, a Associação poderá remeter essas amostras, devidamente seladas, para centros especializados no estrangeiro, nos termos da lei.

2. A Associação informará à ENDIAMA e ao Ministério da Geologia e Minas e Indústria, os resultados e as avaliações, de acordo com o disposto na cláusula 54.^a, do presente Contrato.

3. A Associação recolherá sempre que possível e remeterá ao Instituto Geológico de Angola, todas as amostras de rochas com interesse científico, que sejam encontradas na Área do Contrato.

CLÁUSULA 22.^a

(Custos de Investimentos)

1. Com sujeição ao disposto na cláusula 23.^a do presente Contrato, a LEVON suportará a totalidade dos custos e encargos das Operações de Prospeção, Pesquisa e Reconhecimento.

2. Todos os custos adequadamente incorridos na realização das referidas Operações, tal como descritos no número seguinte, serão considerados Custos de Investimento, desde que aprovados pelo Conselho de Associados.

3. Serão considerados Custos de Investimento, os seguintes:

- a) encargos com os trabalhadores, responsáveis e outros colaboradores angolanos ou estrangeiros, incluindo salários, subsídios, ou prémios, gratificações, avenças, contribuições para a segurança social, despesas de deslocação e representação, alojamento e diárias, seguros, pensões e outros planos de reforma, assistência médica e outras regalias sociais, encargos legais e outros pagamentos que sejam devidos nos termos da lei e da prática da indústria mineira internacional;
- b) aquisição de materiais, produtos, aprovisionamentos e bens de consumo utilizados nas Operações, contabilizando-se o seu custo total e real para a Associação, incluindo despesas de todo o tipo de seguros, fretes, manuseamento entre o ponto de fornecimento e o ponto de destino, desalfandegamento, quaisquer impostos, direitos, taxas e outras imposições, e deduzindo-se quaisquer abatimentos que sejam efectuados;

- c) aquisição ou aluguer de equipamentos, máquinas e quaisquer outros objectos ou utensílios utilizados nas Operações, contabilizando-se o seu custo total e real para a Associação, incluindo despesas de seguro, fretes, manuseamento entre o ponto de fornecimento e o ponto de destino, desalfandegamento, quaisquer impostos, direitos, taxas e outras imposições, e descontando quaisquer abatimentos que sejam efectuados;
- d) formação e treino dos trabalhadores afectos às Operações, nos termos da alínea f) das cláusula 14.^a do presente contrato, ou de quaisquer outras pessoas, conforme possa ser periodicamente solicitado pela ENDIAMA, ou pelo Organismo Competente e sujeito a aprovação do Conselho de Associados;
- e) encargos gerais e administrativos relativos à manutenção de Escritórios Centrais e eventuais representações noutros locais em Angola;
- f) aquisição, constituição de direito de superfície ou arrendamento de habitações, para alojamento dos trabalhadores, colaboradores e de outras pessoas relacionadas com os trabalhos, assim como de armazéns, estaleiros, parques, terrenos ou quaisquer outros espaços ou estruturas necessárias às Operações;
- g) quaisquer serviços prestados por terceiros relacionados com as Operações;
- h) seguros exigidos por lei ou que a Associação considere adequados em função do risco das Operações, comerciais e da prática da indústria mineira internacional;
- i) taxa de superfície ou quaisquer outros pagamentos de impostos, contribuições, taxas, direitos aduaneiros, encargos pagos ao Estado ou a quaisquer Entidades Públicas, sejam de âmbito nacional, provincial ou municipal, incluindo as contribuições para o Fundo de Desenvolvimento Mineiro;
- j) todas as perdas, responsabilidades, danos e despesas em que a Associação possa incorrer ou possa sofrer em resultado de qualquer das suas actividades conduzidas ao abrigo do presente Contrato, incluindo perdas, reclamações, prejuízos e sentenças de condenação (quando não resultem de acção ou omissão fraudulenta imputável aos seus gestores ou outros trabalhadores), na parte não coberta pelos contratos de seguro

celebrados, incluindo custos com a recuperação do ambiente;

- k) donativos, ofertas, prendas ou despesas com eventos sociais desde que sejam de valor razoável e estejam conformes aos usos e costumes aplicáveis e devidamente aprovadas pelas Associadas;
- l) despesas de promoção, comercialização, marketing e publicidade que sejam adequadas às Operações e devidamente aprovadas pelo Conselho de Associados;
- m) quaisquer outros custos que se mostrem necessários à adequada e eficaz condução e realização das Operações e elaboração dos E.V.T.E (s) ou ao cumprimento deste Contrato, incluindo os decorrentes da implementação dos Princípios Gerais sobre Acções de Carácter Social constantes do Anexo F.

CLÁUSULA 23.^a

(Investimento para Prospeccção, Pesquisa e Reconhecimento)

1. A LEVON, compromete-se a disponibilizar à Associação, por sua conta e risco e sem juros, todos os recursos financeiros, necessários para os trabalhos de Prospeccção, Pesquisa e Reconhecimento.
2. A LEVON, obriga-se a submeter ao Conselho de Associados, o Programa de Implementação e o respectivo orçamento, para a sua aprovação.
3. Caso a fase de Prospeccção, Pesquisa e Reconhecimento se prolongue para além do prazo concedido na Licença de Prospeccção, o programa de trabalhos e o respectivo orçamento para cada período de prorrogação deverá ser definido anualmente pelo Conselho de Associados.

CLÁUSULA 24.^a

(Investimentos Mínimos Obrigatórios)

1. Durante o período de vigência do presente contrato, a LEVON ficará obrigada a investir na execução do programa de trabalho relativos a cada ano civil, conforme Plano de Investimento e o respectivo Cronograma de Actividades, constantes do Anexo B.
2. Se a LEVON exceder, num determinado ano, o montante de investimentos mínimos obrigatórios referidos no Anexo B, tal deverá ser creditado às obrigações de investimentos do ano ou anos seguintes.
3. Poderão ser efectuados investimentos inferiores aos referidos no Anexo B, em conformidade com alteração dos trabalhos, desde que tal alteração seja fundamentada e previamente aprovada pela ENDIAMA.
4. No final dos primeiros 3 (três) anos, qualquer compromisso ou obrigação relacionada com a realização do Investimento fica dependente dos resultados obtidos, em função da avaliação técnica que for aprovada pelo Conselho de Associados, sobre a viabilidade do programa de trabalhos previsto na cláusula 19.^a, que deverá ser aprovada pelo Conselho de Associados.

CLÁUSULA 25.^a

(Créditos, Dívidas e Responsabilidades)

Para efeitos de reembolso a partir das receitas da Exploração e de acordo com as regras de afectação previstas na cláusula 38.^a do presente contrato, os Custos de Investimentos incorridos com as Operações de Prospeção, Pesquisa e Reconhecimento ao abrigo do presente Contrato, transitarão automaticamente para a Sociedade Comercial, a ser constituída em conformidade com o disposto na cláusula 29.^a do presente Contrato, caso ocorram Jazigo(s) economicamente explorável(eis).

CLÁUSULA 26.^a

(Risco)

1. A LEVON assume inteiramente o investimento, por sua conta e risco e sem juros.

2. A LEVON não assumirá qualquer risco ou responsabilidade relativo aos investimentos e obrigações que advenham de contratos de concessão anteriores referentes à Área do presente Contrato, salvo acordo entre as Partes.

3. Se não for descoberto qualquer Depósito Secundários economicamente viável, ou se não forem suficientes para permitir a recuperação dos investimentos realizados, a LEVON assumirá o respectivo prejuízo, não podendo reclamar qualquer reembolso por parte do Governo ou de qualquer das demais Partes.

CLÁUSULA 27.^a

(Estudo de Viabilidade Técnico-Económica)

1. Concluída a Prospeção, Pesquisa e Reconhecimento de qualquer Depósito Secundário, a Associação procederá à elaboração do Estudo de Viabilidade Técnico-Económica (E.V.T.E.).

2. Caso não haja a possibilidade, devidamente justificada, de se apresentar um E.V.T.E. no final do terceiro ano, por insuficiência de dados e/ou necessidade de dados adicionais com maior grau de fiabilidade, a Associação deverá apresentar pelo menos um Pré-E.V.T.E., suficientemente elucidativo sobre o quadro de evolução das Operações, que deverá incluir:

- a) um resumo dos trabalhos técnicos, incluindo os resultados das pesquisas geofísicas, sondagens, amostragens, amostragens de volume e todos os dados geológicos obtidos ;
- b) uma estimativa preliminar do volume potencial do minério, teor de diamantes e valor dos diamantes, caso sejam suficientes e relevantes os dados colhidos;
- c) uma investigação preliminar sobre as opções alternativas para o desenvolvimento, caso os volumes potenciais de minério, os níveis de teor e valor dos diamantes o possibilitem ;
- d) uma avaliação preliminar, baseada nos dados disponíveis, sobre a viabilidade comercial do projecto;

- e) uma avaliação preliminar do riscos técnicos, comerciais, ambientais, sociais e de segurança;
- f) um plano preliminar, caso os resultados o permitirem, do trabalho subsequente necessário para que seja possível a elaboração do E.V.T.E..

3. O E.V.T.E. incluirá um relatório geológico que será elaborado de acordo com as boas práticas da indústria mineira, designadamente, com base em geofísica, sondagens, amostragens e geoquímica detalhada, que confirmem o potencial quanto à dimensão do Jazigo e a existência de quantidades económicas de diamantes, que justifiquem um mais aprofundado programa de investigação para prosseguir com as Operações até ao início da fase de Desenvolvimento.

4. Do relatório geológico deverão constar:

- a) o mapa geológico da Área pretendida, na escala adequada, com a descrição das características geológicas salientes desta Área;
- b) os mapas topográficos identificando os locais em que todos os trabalhos de Investigação geológico-mineiro foram realizados;
- c) os relatórios dos resultados dos trabalhos de Operações geológico-mineiras que salientem o Jazigo;
- d) os relatórios dos resultados das análises laboratoriais (geoquímica e mineralógica);
- e) o Relatório detalhado descrevendo os Jazigos Secundários estudados, a sua estrutura e morfologia, incluindo informação sobre a distribuição de diamantes e as reservas determinadas.

5. O estudo destina-se a demonstrar a viabilidade económica da Exploração de um ou mais Jazigos Secundários, conforme for o caso.

6. Na elaboração do Estudo, e para além do relatório geológico previsto nos números anteriores, a LEVON terá ainda que tomar em consideração os seguintes elementos:

- a) a análise económica e financeira do projecto, com estimativa do montante dos investimentos a realizar e respectivos programas de trabalho e orçamentos;
- b) os métodos de exploração e tratamento do minério a adoptarem para a recuperação eficiente dos diamantes;
- c) o estudo do impacto ambiental;
- d) o plano de desenvolvimento para as reservas identificadas no relatório geológico e respectiva previsão orçamental para conduzir o projecto a fase Exploração;
- e) as estruturas operacionais necessárias à execução das fases de Desenvolvimento e de Exploração;
- f) as infra-estruturas e estruturas técnicas e sociais necessárias à implantação da Mina;
- g) a estimativa dos custos de exploração;

- h) as necessidades em termos de recursos humanos e os respectivos programas de emprego e formação;
- i) a estimativa dos valores indicativos dos diamantes a serem extraídos, bem como o estudo de mercado;
- j) a forma de estruturação e gestão das operações de exploração.

7. A análise económico-financeira deverá ser efectuada de acordo com o método real de actualização do fluxo de caixa (“discounted cash flow”), e terá por objectivo calcular a taxa de retorno do investimento, após impostos a ser atingida através da exploração, a partir do Jazigo relevante.

8. O cálculo da referida taxa terá em conta, de acordo com a fórmula mundialmente utilizada na indústria mineira, entre outros, os seguintes factores:

- a) o número de anos estimado desde a data de aprovação do Estudo de Viabilidade Técnico-Económico até à data em que todas as obrigações de desmontagem e recuperação da Área, nos termos do referido Estudo, tiverem sido cumpridas pela Associação (o “Período Aplicável”);
- b) a estimativa dos fluxos de caixa reais após o pagamento dos impostos devidos, tendo em consideração a estimativa de todas as entradas e saídas de fluxos de caixa;
- c) os índices de preços actualizados de acordo com a taxa de inflação anual, sendo a inflação futura estimada, com base no acréscimo médio do índice de preços ao consumidor (“Consumer Price Index”) dos Estados Unidos da América.

9. No exercício dos poderes e competências atribuídas por Lei, a ENDIAMA ou o Organismo Competente poderão solicitar à Associação esclarecimentos, propor alterações ou aditamentos, ou, de um modo geral, promover a realização de consultas com vista ao esclarecimento de quaisquer dúvidas surgidas.

10. O Estudo deverá ser apresentado à ENDIAMA e ao Organismo Competente, para sua aprovação, nos termos da lei, até ao termo do prazo do presente Contrato.

11. O presente Contrato permanecerá em vigor enquanto o Organismo Competente estiver a analisar o E.V.T.E. apresentado.

12. No exercício dos poderes e competências atribuídos por lei, a ENDIAMA ou o Organismo Competente poderão solicitar esclarecimentos à Associação, propor alterações ou aditamentos, ou, de um modo geral, promover a realização de consultas com vista ao esclarecimento ou solução de quaisquer dúvidas surgidas.

13. Enquanto este Contrato estiver em vigor, poderão ser elaborados e apresentados à ENDIAMA ou ao Organismo Competente novos Estudos de Viabilidade

Técnico-Económica para Jazigos que sejam posteriormente descobertos ou avaliados.

CAPÍTULO IV

Garantia de Exploração e Comercialização

CLÁUSULA 28.^a

(Garantia dos Direitos de Exploração e Comercialização)

1. É garantido às Associadas, a concessão dos direitos de exploração, na Área de Concessão mediante a outorga do respectivo título, dos jazigos economicamente viáveis, a ser exercido pela Sociedade Comercial, nos termos da cláusula 29.^a.

2. Os diamantes recuperados no âmbito do Contrato de Exploração, serão comercializados, de acordo com a Lei, pela Sociedade Comercial.

CLÁUSULA 29.^a

(Sociedade Comercial)

As Associadas constituirão entre si, uma Sociedade Comercial para o exercício dos direitos de Exploração dos Jazigos economicamente viáveis na Área do Contrato e de Comercialização dos respectivos diamantes, cuja participação social corresponderá às quotas de participação que cada uma detém na Associação, conforme disposto na cláusula 4.^a do presente Contrato.

CLÁUSULA 30.^a

(Contrato de Exploração)

1. Os direitos de Exploração serão concedidos à Sociedade Comercial através da celebração de um Contrato de Exploração entre as Partes, a ser homologado pelo Ministro da Geologia e Minas e Indústria.

2. A Sociedade Comercial poderá requerer ao Organismo Competente, nos termos da lei e em igualdade de circunstâncias, autorização para a exploração de outros minerais que ocorram na Área do Contrato, e que não se enquadrem na categoria de Minerais Acessórios.

3. Caso a exploração de minerais referidos no número anterior da presente cláusula, esteja por lei ou Contrato atribuído a terceiros, a Sociedade Comercial fará a entrega de tais minerais, beneficiando-se de um prémio nos termos do artigo 8.º da Lei n.º 1/92.

CLÁUSULA 31.^a

(Duração da Exploração)

1. O período inicial de Exploração para cada Mina e respectivas prorrogações, será definido no Contrato de Exploração, em conformidade com o disposto no n.º 2 do artigo 13.º da Lei n.º 1/92, de 17 de Janeiro.

2. A duração do direito de Exploração para cada Mina será garantida a Sociedade Comercial de acordo com o E.V.T.E. e vida económica das reservas minerais existentes, sendo sempre inferior ao período necessário para o esgotamento das reservas mineiras existentes, podendo ser objecto de um ou mais períodos de prorrogação, mediante negociações que tenham em conta as condições do mercado e a sua evolução, nos termos da Lei.

CLÁUSULA 32.^a
(Área da Mina)

1. A Área da Mina será demarcada pela ENDIAMA, de acordo com os resultados do E.V.T.E.

2. A Área da Mina terá por base os Jazigos Secundários economicamente viáveis que possam ser explorados a partir de uma mesma estrutura física de Exploração, seja à superfície ou subterrânea, desde que devidamente autorizada pelo Ministério da Geologia e Minas e Indústria.

3. Se o Jazigo a explorar, se estender para além da Área do Contrato, em zona que não esteja abrangida por qualquer contrato, a sociedade comercial terá o direito de incluir essa zona adjacente na Área da Mina, desde que o Ministério da Geologia e Minas e Indústria, autorize a sua integração.

4. Se a zona adjacente estiver atribuída a um terceiro, para Prospeção ou Exploração, a Sociedade Comercial poderá, ainda assim, incluir essa zona na Área da Mina desde que chegue a acordo com esse terceiro no sentido de permitir o desenvolvimento conjunto ou simultâneo das actividades em questão, ou, de outro modo, compense adequadamente, esse terceiro, desde que autorizado pelo Ministério da Geologia e Minas e Indústria, em conformidade com a legislação em vigor.

CLÁUSULA 33.^a
(Operação da Mina)

A Sociedade Comercial assumirá a responsabilidade pelo integral cumprimento do que for estabelecido no Contrato de Exploração, previsto na cláusula 30.^a, do presente Contrato.

CLÁUSULA 34.^a
(Desenvolvimento)

1. A fase de Exploração iniciará-se a partir do Desenvolvimento, o qual consiste na mobilização e implantação dos meios necessários à actividade produtiva, incluindo, entre outros, a aquisição, importação, montagem e instalação de equipamentos, estruturas, infra-estruturas, habitações, escritórios, armazéns, vias de acesso e circulação dentro e em redor da Área da Mina, aeródromos e outras estruturas de apoio físico e logístico, assim como a realização de estudos de engenharia e de projecto, remoção do estéril, planificação das operações, recrutamento de pessoal e outras actividades organizativas.

2. Ao Desenvolvimento seguir-se-á a produção e as vendas. Deverá ser estabelecida uma “Data de Início da Produção”, a qual corresponderá à data em que a instalação for concluída e certificada como tal.

3. Até ao termo das actividades de Desenvolvimento previstas nesta Cláusula, a Sociedade Comercial procederá à actualização do plano de Exploração de modo a ajustá-lo em função das últimas informações e avaliações das reservas, devendo, no entanto, manter o Organismo Competente ao corrente dessas alterações.

CLÁUSULA 35.^a
(Financiamento para Exploração)

1. Enquanto a Sociedade Comercial não gerar receitas suficientes para suportar os respectivos custos, a LEVON deverá financiar ou providenciar a obtenção de financiamentos para a Sociedade Comercial, por forma a permitir o seu regular funcionamento e a realização das Operações de Exploração, observados os termos e condições previstos neste Contrato.

2. Caso qualquer das Partes, seja proprietária de equipamentos que se mostrem adequados à realização das Operações e transmita a propriedade dos mesmos para a Sociedade Comercial, tais equipamentos serão valorizados a preço de mercado e o valor daí resultante será considerado financiamento nos termos do anterior n.º 1 e remunerado nos termos e condições que forem acordados.

3. O pagamento do serviço da dívida referente ao empréstimo contraído na execução das Operações, ao abrigo do Contrato de Exploração a celebrar, far-se-á exclusivamente a partir dos proveitos resultantes da venda de diamantes por parte da Sociedade Comercial e iniciar-se-á a partir do momento em que se apurar um free cash flow positivo.

CLÁUSULA 36.^a
(Bónus)

A LEVON pagará à ENDIAMA, a título de prémio de assinatura do presente Contrato, um bónus, equivalente a 5 (cinco) % do valor dos resultados brutos resultantes da venda dos diamantes do período a que disser respeito, durante os 20 (vinte) meses subsequentes a primeira venda mensal da produção.

CLÁUSULA 37.^a
(Reembolso do Investimento)

1. Nos termos do artigo 14.º, da Lei n.º 1/92, de 17 de Janeiro, é assegurado à LEVON, o reembolso integral do investimento previsto na cláusula 22.^a do presente Contrato, realizado no cumprimento dos respectivos planos de Prospeção, Pesquisa e Reconhecimento, bem como todos os demais recursos financiados despendidos pela LEVON na Associação ou na Sociedade Comercial, a partir das receitas líquidas provenientes da fase de Exploração dos Jazigos Secundários que forem descobertos ou valorizados com esses planos.

2. Após apresentação dos E.V.T.E., o Ministério da Geologia e Minas e Indústria designará a Área da Mina e os Jazigos a serem abrangidos no Título de Exploração, de modo a assegurar o reembolso do investimento efectuado e a continuidade de uma parceria mutuamente vantajosa entre as Associadas, de acordo com o disposto nas cláusulas 31.^a e 32.^a do presente Contrato.

3. As condições, formas e prazos de reembolso serão fixadas de acordo com o estabelecido no Decreto-Lei n.º 4-B/96, de 31 de Maio (Regulamento do Regime Fiscal para as Actividades Geológico-Mineiras), no respectivo

título de exploração, com base na rentabilidade esperada em função do E.V.T.E.

4. Caso, em relação às áreas anteriormente prospectadas e consideradas inviáveis, se verificarem alterações na interpretação geológica, parâmetros legais, condições económicas ou quaisquer outros factores que viabilizem a Exploração dos Jazigos Secundários situados nas áreas libertadas, a Associação poderá requerer a concessão dos direitos de Exploração sobre os mesmos.

CLÁUSULA 38.^a

(Afectação de Receitas e Distribuição de dividendos)

1. As receitas brutas resultantes da venda de cada lote de diamantes serão distribuídas pela sociedade da seguinte forma:

- a) 2/3 (dois terços) será destinado a cobrir os custos operacionais, obrigações fiscais, reembolso do investimento e outras obrigações legais;
- b) 1/3 (um terço) será destinado a distribuição de dividendos aos sócios na proporção das suas participações sociais;

2. Para os efeitos do disposto na alínea a), do n.º 1, da presente Cláusula, as partes acordam na constituição prévia de um fundo de reserva operacional no montante mínimo de USD 500.000,00 (quinhentos mil dólares dos Estados Unidos da América), a partir das receitas brutas geradas pelas primeiras vendas de diamantes. Este fundo poderá ser reforçado a qualquer momento por acordo entre as Partes e em qualquer momento.

3. As partes acordam que o critério para a afectação das receitas brutas geradas pela venda de cada lote de diamantes estabelecido no n.º 1 anterior, será automaticamente ajustado pela sociedade Comercial numa base venda-venda para integrar e/ou reforçar o Fundo de reserva operacional referido no n.º 2 da presente Cláusula, o qual em momento algum poderá ser inferior a USD 500.000,00 (quinhentos mil dólares dos Estados Unidos da América).

CAPÍTULO V

Administração e Gestão

CLÁUSULA 39.^a

(Conselho de Associados)

1. A Associação em Participação terá um Conselho de Associados que será o órgão deliberativo, composto por três (3) membros, sendo um (1) representante indicado pela ENDIAMA, um (1) representante indicado pela LEVON e um (1) representante indicado de comum acordo entre a MUAZAZA e a ICANORAS.

2. O Conselho de Associados será dirigido por um Presidente, que será indicado pela ENDIAMA, a quem competirá:

- a) convocar e presidir as reuniões;
- b) coordenar e orientar as actividades do Conselho de Associados, com vista a garantir o seu bom funcionamento.

3. A primeira reunião do Conselho de Associados terá lugar no prazo máximo de trinta (30) dias após a entrada em vigor do presente Contrato. Deverão obrigatoriamente constar da ordem de trabalhos desta primeira reunião, os seguintes pontos:

- a) fixação do prazo para entrega do plano trimestral de trabalhos, pela Direcção Executiva;
- b) tomada de posse dos membros da Direcção Executiva;
- c) determinação da abertura da conta bancária;
- d) aprovação do local onde funcionará a sede da Associação.

CLÁUSULA 40.^a

(Competências do Conselho de Associados)

Para além de outras previstas no Contrato ou na legislação em vigor, compete ao Conselho de Associados:

- a) gerir superiormente e representar a Associação;
- b) aprovar os programas anuais e respectivos orçamentos;
- c) aprovar o seu regulamento interno;
- d) acompanhar e controlar a actividade da Direcção Executiva;
- e) aprovar os relatórios periódicos constantes da Cláusula 54.^a do presente contrato;
- f) aprovar qualquer acto ou contrato relativo à execução das Operações de valor superior a US\$ 50.000,00 (Cinquenta Mil Dólares dos Estados Unidos da América);
- g) solicitar, caso se considere necessário, a realização de auditorias independentes, para validação da execução dos programas anuais e dos respectivos orçamentos.

CLÁUSULA 41.^a

(Deliberações do Conselho de Associados)

1. As reuniões do Conselho de Associados deverão realizar-se com a presença de todos os seus membros, sem prejuízo do disposto no n.º 3 desta cláusula.

2. Qualquer membro do Conselho de Associados poderá, na sua ausência ou em caso de impedimento, delegar os seus poderes, numa outra pessoa, desde que esta integre o quadro de pessoal da Associada que representa.

3. Caso não esteja reunido quórum ao fim de trinta (30) minutos, após a hora marcada para o início da reunião, ou se tal quórum deixar de existir no decurso da reunião, o Presidente do Conselho de Associados declarará a reunião sem efeito, e poderá convocar uma segunda reunião a ser realizada dentro dos cinco (5) dias úteis subsequentes. Na segunda reunião, o Conselho de Associados poderá reunir com a presença de apenas dois (2) dos seus membros, desde que um deles seja o representante indicado pela ENDIAMA e o representante indicado pela LEVON.

4. Cada membro do Conselho de Associados terá direito a um voto, muito embora as deliberações devam ser tomadas, em princípio, por consenso.

5. No caso de impasse nas deliberações, o Conselho de Associados terá 5 (cinco) dias úteis para deliberar de acordo as seguintes regras:

- a) cada membro deverá consultar a Associada que represente sobre a questão com vista à busca de consenso;
- b) não tendo sido possível a obtenção de consenso com base nas consultas previstas na alínea a), as Associadas reunirão com vista a pôr termo ao impasse;
- c) na impossibilidade de obtenção de consenso com base na alínea b), as Associadas deverão prosseguir as negociações até atingir o consenso entre si.

6. Sem prejuízo do disposto nos anteriores números, qualquer eventual impasse que possa surgir não deverá impedir a implementação do Programa de Trabalhos aprovado e que a Associação se obriga a implementar nos termos da cláusula 19.^a do presente contrato.

7. Sempre que não houver inconveniente e for, previamente, aprovado pelo Conselho de Associados, as Associadas poderão fazer-se acompanhar nas reuniões do Conselho de Associados, por técnicos e/ou peritos.

CLÁUSULA 42.^a

(Direcção Executiva)

1. O Conselho de Associados criará uma Direcção Executiva para efectuar a gestão corrente da Associação em Participação, relativamente à qual as Associadas acordam:

- a) que o Director Geral, que acumulará as funções de responsável da área das Operações Geológicas e Mineiras, será indicado pela LEVON;
- b) que o Director Geral Adjunto, que acumulará as funções de responsável Adjunto para a área de Planificação e Finanças, será indicado pela ENDIAMA;
- c) que o responsável pela área de Planificação e Finanças será indicado pela LEVON;

d) que o responsável pela área de recursos Humanos será indicado conjuntamente pela ENDIAMA;

e) que o responsável pela área da Administração e da Segurança será indicado pela ENDIAMA.

2. Cada Associada poderá, a todo tempo, substituir as pessoas por si nomeadas, mediante comunicação por escrito ao Conselho de Associados, para a devida efectivação do acto de substituição.

3. Poderão ser criados outros pelouros desde que, pelo desenvolvimento dos trabalhos da Associação, se manifeste efectivamente necessário, mediante deliberação do Conselho de Associados, sob proposta da Direcção Executiva.

4. O Director-Geral deverá, no uso dos poderes delegados para efectuar a gestão corrente da Associação, agir de acordo com as deliberações do Conselho de Associados e exercer adequadamente as suas atribuições executivas, cabendo-lhe, designadamente:

- a) dirigir e coordenar a actividade da Direcção Executiva;
- b) exercer o poder disciplinar em nome da Associação;
- c) conduzir e executar as Operações geológico-mineiras com zelo, dedicação, competência, eficiência e eficácia, nas melhores condições técnicas, económicas e ecológicas de acordo com a lei angolana e as boas práticas da indústria mineira;
- d) manter o Conselho de Associados informado sobre a realização das Operações geológico-mineiras, mediante relatórios e reuniões periódicas, de acordo com o estabelecido neste Contrato e os procedimentos a definir pelo Conselho de Associados;
- e) executar todas as Operações previstas nos programas de investigação geológico-mineiras, assumindo todos os compromissos necessários ao efeito;
- f) efectuar e manter actualizados e organizados, nos escritórios da Associação, o registo completo de todas as Operações técnicas realizadas ao abrigo do Contrato, bem como o registo de todas as despesas realizadas;
- g) responder perante o Conselho de Associados pela administração e gestão da Associação em Participação durante a fase de Prospekção, Pesquisa e Reconhecimento.

5. Os membros nomeados pelas Associadas para exercer funções na Direcção Executiva, deverão possuir capacidade técnica/experiência necessária para o efeito.

6. O Director Geral Adjunto terá a função principal de coadjuvar o Director Geral da Associação. Porém, sem pre-

juízo das competências atribuídas ao Director Geral, terá a responsabilidade de organizar e manter actualizada a área de contabilidade da Associação.

CAPÍTULO VI Condução das Operações

CLÁUSULA 43.^a (Licenças e Autorizações)

1. Conforme for apropriado em cada caso, a ENDIAMA E.P., na sua qualidade de Concessionária e/ou o Organismo Competente, emitirá ou solicitará a outras Entidades Públicas que emitam, nos termos da Lei, as licenças, autorizações ou permissões necessárias, para a execução atempada e completa das Operações, nomeadamente:

- a) acesso, permanência e livre circulação na Área do Contrato ou na Área da Mina, conforme seja necessário, de qualquer pessoa afecta às Operações, incluindo empregados de empresas subcontratadas, supervisores, médicos, enfermeiros, transportadores e vigilantes;
- b) construção e montagem de quaisquer estruturas, infra-estruturas ou equipamentos necessários às Operações;
- c) utilização de meios de acesso ao local das Operações, incluindo estradas, aeroportos, aeródromos, caminhos-de-ferro, vias fluviais e outros;
- d) extracção de areia, burgaus, argilas e de outros materiais naturais de construção, bem como água dos cursos dos rios, incluindo os materiais provenientes de terrenos do domínio do Estado e de outras Entidades Públicas;
- e) obtenção de vistos de trabalho e outras autorizações para a entrada, saída e permanência no território nacional dos trabalhadores, colaboradores e consultores estrangeiros afectos às Operações, bem como para a importação e exportação dos seus bens pessoais;
- f) atracação, embarque e desembarque de navios em Angola, bem como a carga e descarga de aeronaves no país;
- g) utilização de telecomunicações públicas e privadas, através da obtenção de linhas, canais ou espectros de ondas nacionais e internacionais, nos termos da legislação em vigor;
- h) transporte de correspondência e documentos entre Angola e o estrangeiro;
- i) importação e exportação de todos os produtos, amostras, equipamentos, bens, incluindo o

desembarço aduaneiro expedito e em condições de segurança;

- j) obtenção das respectivas licenças junto das entidades competentes para o efeito, para importação de capitais, necessários para o desenvolvimento das Operações.

CLÁUSULA 44.^a (Estruturas e Infra-Estruturas)

1. As estruturas e infra-estruturas poderão ser localizadas fora da Área do Contrato, na medida em que tal se revele adequado às Operações, por razões operacionais, logísticas, económicas, de segurança ou outras.

2. Poderão, nomeadamente, situar-se fora da Área do Contrato, as instalações e Escritórios de apoio logístico e administrativo.

3. Após o termo voluntário das Operações, nos termos deste Contrato, as estruturas e infra-estruturas instaladas reverterão a favor do Estado, ou para quem o Estado designar, que passará a ser responsável pelas mesmas para todos os efeitos de direito, exceptuam-se as estruturas que puderem ser levantadas e que a Associação pretenda utilizar em Operações mineiras realizadas noutra parte de Angola.

4. Após o termo voluntário das Operações, nos termos deste Contrato, as estruturas e infra-estruturas instaladas reverter-se-ão (i) a favor do Estado, ou para quem o Estado designar, mediante prévia indemnização; ou (ii) a favor de empresas privadas, por quantia a negociar, calculada em função do valor comercial de uso das estruturas ou infra-estruturas em causa.

5. Exceptuam-se as estruturas que puderem ser levantadas e que a Associação pretenda utilizar em Operações mineiras realizadas noutra parte de Angola.

6. A Associação tem o direito de recusar pedidos formulados por quaisquer Entidades Públicas para a construção de estruturas ou infra-estruturas que a Associação não considere necessárias às Operações, sem embargo de o pedido poder ser aceite em condições a acordar, desde que os respectivos custos sejam considerados Custos de Investimento nos termos da cláusula 22.^a do presente Contrato.

CLÁUSULA 45.^a (Recursos Humanos)

1. A Associação deverá recrutar os trabalhadores mais adequados às Operações, em função das suas qualificações e experiência, ressalvado o disposto nos números seguintes.

2. A Associação deverá dar preferência ao recrutamento de trabalhadores nacionais, nomeadamente, daqueles que residam na área, tendo em consideração os princípios gerais constantes do Anexo C.

3. A Associação deverá ministrar formação e treino aos trabalhadores nacionais, em conformidade com os princípios gerais constantes do Anexo C.

4. Os trabalhadores terão direito à uma remuneração justa e equilibrada, independentemente da respectiva nacionalidade, devendo a Associação pagar salário igual para trabalho igual.

CLÁUSULA 46.^a
(Saúde e Segurança no Trabalho)

Na organização do trabalho e apetrechamento das instalações, a Direcção Executiva deverá:

- a) assegurar níveis máximos em matéria de saúde e segurança, minimizando o risco de acidentes de trabalho e doenças profissionais e propiciando um ambiente de trabalho saudável;
- b) promover acções de formação e sensibilização em matéria de higiene e segurança no trabalho, assim como educar os trabalhadores e outros colaboradores, na correcta utilização das máquinas, materiais, utensílios e equipamentos de trabalho;
- c) equipar-se com os meios adequados e estabelecer os necessários procedimentos para permitir uma resposta pronta, em caso de acidente de trabalho.

CLÁUSULA 47.^a
(Subcontratação e Aquisição de Bens e Serviços)

1. A Associação poderá recorrer a contratação de empresas e consultores para a realização de trabalhos especializados, nos termos da Lei.

2. A Associação é livre de adquirir e contratar, em Angola ou no estrangeiro, os bens e serviços que, no seu livre critério, se mostrarem mais adequados à correcta execução das Operações.

3. Em caso de igualdade de condições entre os bens e serviços angolanos e os estrangeiros, tendo em conta a qualidade, preço e outros encargos, disponibilidade, condições de entrega, especificações, manutenção e outros factores considerados relevantes, a Associação deverá dar preferência aos bens e serviços de origem nacional.

4. A prestação de serviços e fornecimentos pelas Associadas ou contratadas da ENDIAMA, respeitará sempre o regime concorrencial, nos termos do artigo 2.º, n.º 8 e 9, da Lei n.º 16/94, de 17 Outubro.

5. A subcontratação, nos termos do número anterior, não importa qualquer exoneração ou diminuição das responsabilidades ou obrigações da Associação, nos termos do presente Contrato.

CLÁUSULA 48.^a
(Segurança)

1. Sem prejuízo das competências das forças de ordem pública e segurança interna em garantir a segurança da Área do Contrato e de todos os seus acessos, compete à Associação tomar as medidas para assegurar e promover a segurança das pessoas, equipamentos e instalações afectas às Operações dentro da Área do Contrato, assim como dos diamantes em fase de extracção ou já recuperados no decurso das actividades, podendo inclusivamente executar trabalhos adicionais de desminagem de áreas específicas que a Associação possa considerar necessários, adoptando os procedimentos mais adequados e seguros para operações de levantamento de eventuais explosivos de guerra.

2. Para os efeitos do disposto nos artigos 14.º a 23.º da Lei n.º 16/94, de 7 de Outubro, a Associação em Participação e o Organismo Competente definirão zonas restritas e a Associação estabelecerá bases/campos estratégicos de forma a permitir um patrulhamento eficiente e contínuo das zonas restritas definidas na Área do Contrato.

3. Para efeitos do disposto nos números anteriores, a Associação poderá recrutar, formar e equipar o pessoal que considere necessário, e/ou recorrer aos serviços de empresas de segurança devidamente licenciadas, bem como adquirir equipamentos de Segurança e supervisão de qualquer natureza, desde que permitidos por lei e devidamente autorizados pela Entidade Pública competente para o efeito.

4. A Associação será responsável pelo armazenamento e transporte dos diamantes recuperados e produzidos a partir da Área do Contrato, no decurso das Operações.

CLÁUSULA 49.^a
(Transportes Aéreos, Rodoviários e Ferroviários)

A Associação utilizará os transportes aéreos, rodoviários e ferroviários conforme considere mais adequado para a execução das Operações, ficando no entanto sujeita às regras de licenciamento em vigor para a construção de estradas, aeródromos ou pistas de aterragem privadas.

CLÁUSULA 50.^a
(Telecomunicações)

Poderão ser adquiridos e utilizados pela Associação meios de comunicação com frequência independente, com sujeição às regras de licenciamento em vigor.

CLÁUSULA 51.^a
(Importação e Reexportação de Equipamentos e Outros Bens)

A Associação tem o direito de importar e reexportar quaisquer equipamentos ou outros bens necessários à correcta execução das Operações, nos termos da legislação aplicável.

CLÁUSULA 52.^a**Circulação de Informações e Dados**

1. A Associação e as Associadas poderão remeter para fora de Angola, e de aí utilizar, cópias de informações e dados relativas às Operações, salvaguardadas as disposições legais e as obrigações de confidencialidade constantes do cláusula 63.^a

2. No caso de a análise das informações e dados só poder ser adequadamente efectuada através da inspecção dos respectivos originais, nomeadamente tratando-se de registos de levantamentos aeromagnéticos e geofísica especializada, a Associação poderá enviar esses originais para o exterior do país, após apresentação de prévia justificação à ENDIAMA, E. P. e ao Organismo Competente. Ressalvada esta excepção, os originais de todas as informações e dados deverão ser mantidos em Angola pela Associação.

CAPÍTULO VII

Inspecção e ResponsabilidadeCLÁUSULA 53.^a**(Inspecção)**

1. A Associação deverá permitir e facilitar a inspecção, por parte do Organismo Competente ou de qualquer Entidade Pública, das suas actividades e dos dados e elementos que possuir de natureza técnica, económica, financeira ou outra.

2. Os representantes devidamente credenciados da ENDIAMA, do Organismo Competente ou de qualquer Entidade Pública terão o direito de visitar o local ou locais das Operações, devendo ser-lhes facultadas as condições logísticas necessárias, segundo um critério de razoabilidade, ao desempenho da sua missão nesse local ou locais. Sem que tal represente qualquer diminuição dos poderes e competências da ENDIAMA, do Organismo Competente ou de qualquer Entidade Pública, estas entidades e a Associação deverão colaborar no sentido de as referidas visitas e inspecções serem organizadas de modo a causar o menor transtorno possível à execução das Operações.

3. Se durante as suas visitas ao local ou locais das Operações, os representantes da ENDIAMA, do Organismo Competente ou de qualquer Entidade Pública forem directamente responsáveis por quaisquer danos, incluindo danos pessoais, dano morte ou danos patrimoniais causados a terceiros, a Associação não poderá ser responsabilizada por tais danos, nem por quaisquer queixas, pedidos ou acções, resultantes ou relacionadas com esses danos, que sejam deduzidas por qualquer pessoa, devendo tais responsabilidades ser imputadas aos autores dos actos danosos. Quando os danos pessoais, dano morte ou danos patrimo-

niais resultarem de responsabilidade conjunta da Associação em Participação e dos representantes da ENDIAMA, do Organismo Competente e/ou Entidade Pública, o dever de indemnizar será proporcional à quota parte de negligência ou culpa conjunta imputável a cada um.

CLÁUSULA 54.^a**(Relatórios Periódicos)**

A Associação elaborará e submeterá ao Organismo Competente, relatórios semestrais, no prazo de trinta (30) dias após o termo do período a que disserem respeito, contendo a descrição circunstanciada dos trabalhos realizados e os dados técnicos e económicos obtidos.

CLÁUSULA 55.^a**(Responsabilidade Civil)**

As Associadas serão responsáveis, nos termos da lei, por qualquer dano causado a terceiros.

CLÁUSULA 56.^a**(Seguros)**

1. A LEVON deverá celebrar os contratos de seguro exigidos por lei, ou quaisquer outros que ele considere necessário à adequada cobertura dos riscos emergentes das Operações, objecto do presente Contrato, podendo recorrer à apólices de âmbito internacional que possua, na medida em que as mesmas sejam extensíveis às Operações em Angola, bem como promover o auto-seguro quando não seja possível, ou seja pouco viável, obter cobertura externa.

2. As apólices deverão estar permanentemente em vigor e os limites de cobertura deverão ser ajustados a quaisquer variações no risco das Operações.

CLÁUSULA 57.^a**(Impacto Ambiental)**

1. Na execução das Operações, as Associadas deverão actuar em conformidade com o Decreto n.º 51/04 de 23 de Julho, e com os padrões e práticas internacionalmente aceites, em matéria de protecção do impacto ambiental e em consonância com o Anexo E, parte integrante do presente contrato.

2. As medidas de protecção do ambiente, nos termos acima descritos, deverão fazer parte dos planos de trabalho e deverão respeitar os Princípios Gerais sobre Impacto Ambiental, constantes no Anexo E.

CAPÍTULO VII

Regime Fiscal, Cambial e ContabilísticoCLÁUSULA 58.^a**(Regime Fiscal)**

1. A Associação está sujeita ao regime fiscal estabelecido no Regulamento do Regime Fiscal para a Indústria Mineira ("RRFIM"), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4-B/96 de 31 de Maio, e nos termos constantes dos números seguintes.

2. Todos os Custos incorridos no exercício das actividades de Prospeção, Pesquisa e Reconhecimento serão contabilizados quer em Kwanzas, quer em Dólares dos Estados Unidos, como imobilizado incorpóreo e, como tal, sujeitos à amortização às taxas previstas no n.º 2 do artigo 3.º do RRFIM.

3. A amortização dos Custos referidos no anterior número 2 só se iniciará no ano em que começar a produção, sendo estes Custos integralmente amortizáveis.

4. A Associação, as Associadas e a Sociedade Comercial a ser criada, caso venha a ter lugar, beneficiarão de alterações legislativas que fixarem um regime que lhes seja fiscalmente mais favorável, bem como poderão solicitar às autoridades competentes a concessão de outros benefícios fiscais, sob a forma de isenções, reduções de taxas, aceleração de amortizações ou quaisquer outros, em relação aos encargos estabelecidos na legislação existente ou a quaisquer outros impostos ou taxas a que a Associação, a Sociedade Comercial e/ou as Associadas possam vir a estar sujeitas no exercício da sua actividade.

CLÁUSULA 59.^a
(Regime Cambial)

1. A Associação estará sujeita ao regime cambial aplicável às actividades mineiras e legislação complementar, nomeadamente ao disposto no Aviso n.º 2/03, de 7 de Fevereiro, do Banco Nacional de Angola, sendo garantido de forma irrevogável à LEVON o direito de repatriamento dos lucros e/ou dividendos e dos montantes referentes ao reembolso integral do Investimento por si efectuados.

2. A Associação e as Partes deverão transferir para bancos domiciliados em Angola, de acordo com a lei, as divisas necessárias à satisfação das obrigações locais, tais como a aquisição de bens, equipamentos, serviços, encargos com pessoal e cumprimento de quaisquer outras obrigações legais.

3. A Associação e as Partes poderão abrir e manter, mediante autorização do BNA, contas bancárias do tipo “Escrow Accounts” junto de instituições financeiras domiciliadas no exterior do país, para satisfação das suas responsabilidades para com terceiros, nomeadamente para garantia do reembolso do serviço da dívida de contratos de financiamento.

4. Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, a Associação e as Partes poderão solicitar às autoridades competentes a concessão de um regime cambial especial, de forma a agilizar a operacionalidade dos trabalhos e/ou melhorar as condições económicas do exercício das Operações, e

beneficiarão de quaisquer eventuais alterações legislativas que estabeleçam um regime cambial mais favorável.

CLÁUSULA 60.^a
(Regime Contabilístico)

1. A Associação deverá manter a contabilidade permanentemente actualizada e correcta da sua conta de custos e despesas, de acordo com o Decreto n.º 82/01, de 16 de Novembro (Plano Nacional de Contas) e com as práticas contabilísticas internacionalmente aceites.

2. As transacções serão registadas em dólares dos Estados Unidos da América e convertidas automaticamente para Kwanzas ao câmbio da data divulgado pelo Banco Nacional de Angola.

3. Para efeito de controlo das condições internas de exploração durante a fase de Prospeção, Pesquisa e Reconhecimento, a Associação procederá à contabilização de todos os custos da operação, imputando-os aos Jazigos objecto de intervenção, quer estes se revelem ou não economicamente exploráveis.

4. Todos os custos contabilísticos referidos na presente cláusula a serem transferidos para a Sociedade Comercial, conforme disposto na cláusula 25.^a, deverão ser auditados no final de cada exercício, por uma entidade independente de auditoria, nos termos da alínea c) do n.º 2, do Art.º 2.º, do Decreto n.º 7-A/00, de 11 de Fevereiro, ser aprovados pelo Conselho de Associados e posteriormente remetidos à ENDIAMA e ao Organismo Competente.

CAPÍTULO IX
Disposições Finais

CLÁUSULA 61.^a
(Lei Aplicável)

O presente Contrato rege-se pelo Direito Angolano.

CLÁUSULA 62.^a
(Língua do Contrato)

1. A língua do Contrato é o Português, devendo ser igualmente essa a língua a utilizar em todos os documentos, registos de informação e correspondência oficial relativos às Operações geológico-mineiras.

2. Nas comunicações verbais tanto poderá ser utilizado o Português como o Inglês, devendo, no entanto, utilizar-se um intérprete, cujos encargos serão suportados pela Parte que utilizar a língua Inglesa.

CLÁUSULA 63.^a
(Confidencialidade)

1. As Partes acordam que os dados, informações e documentos de natureza técnica, económica, contabilística, entre outros, os relatórios, análises, mapas, gráficos e regis-

tos, serão mantidos na mais estrita confidencialidade e não poderão ser revelados, sem o consentimento, por escrito, do Conselho de Associados.

2. Ficam excluídos do disposto no número anterior todos os dados, informações e documentos que, por exigência legal ou contratual, devam ser prestados ou apresentados ao Organismo Competente, ou outra entidade pública, a instituições financeiras, entidades seguradoras, bolsas de valores, consultores e auditores no âmbito das suas funções ou potenciais cessionários, e bem assim para o cumprimento de qualquer outro dever imposto por lei. Nesse caso, a informação deverá ser prestada apenas à entidade que dela carece, e o seu conteúdo deverá ser restringido ao estritamente necessário para o fim que se pretende atingir.

3. A fim de obter propostas para a celebração de contratos para áreas adjacentes à Área do Contrato, a ENDIAMA poderá, após prévia anuência escrita da Associação, revelar a terceiros interessados os dados e informações de natureza geológica, mineira ou técnica que possuir, e que hajam sido obtidos através da Associação, relativamente às zonas adjacentes à Área do Contrato.

4. A obrigação de confidencialidade prevista nos números anteriores não será aplicável às publicações que, nos termos da lei ou dos respectivos Estatutos, as Associadas estejam obrigadas a efectuar.

**CLÁUSULA 64.^a
(Boa Fé)**

As Associadas obrigam-se a actuar no âmbito do presente Contrato, de acordo com os ditames da boa-fé, e a não exercer qualquer direito ou faculdade de modo injustificadamente oneroso para qualquer outra Associada.

**CLÁUSULA 65.^a
(Deferimento)**

Sem prejuízo de prazos mais curtos previstos na lei, as aprovações ou autorizações a serem concedidas pela ENDIAMA relativamente à instalações, planos, relatórios, programas, esquemas, projectos e quaisquer outras actividades relacionadas com as Operações, bem como, a transmissão a terceiros dos direitos de que qualquer uma das Associadas seja titular e que resultem do Contrato, só serão tidas como deferidas mediante documento escrito do Órgão Competente da ENDIAMA, num prazo útil razoável.

**CLÁUSULA 66.^a
(Rescisão do Contrato)**

1. O presente Contrato poderá ser rescindido por iniciativa da ENDIAMA, mediante comunicação por escrito

enviada às Associadas, para além dos casos previstos na lei, quando:

- a) o relatório final das Operações concluir que não existe ocorrência na área do contrato de Depósitos Secundários, susceptíveis de exploração económica;
- b) por Força Maior, se torne economicamente inviável prosseguir as operações;
- c) a LEVON não cumprir, sem qualquer justificação, as obrigações a que está vinculado nos termos deste Contrato, por um período superior a 60 (sessenta) dias consecutivos, sem prejuízo do disposto no número 3 da presente cláusula.
- d) a LEVON não criar as condições técnicas e financeiras para o início das Operações de acordo com o Programa de Trabalhos constante do Anexo B, no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da data da emissão de todas as licenças e autorizações necessárias a prossecução do objecto do presente Contrato;
- e) ocorrer violação grave de forma comprovada e reiterada, das disposições contratuais por parte da LEVON, que torne impossível a continuação da relação contratual entre as Associadas.

2. O Contrato poderá ser rescindido por iniciativa da LEVON, da MUAZAZA ou da ICANORAS mediante comunicação por escrito enviada à ENDIAMA, para além dos casos previstos na lei, quando:

- a) o relatório final das Operações concluir que não existe ocorrência de Depósitos Secundários, susceptíveis de exploração económica;
- b) por Força Maior se torne economicamente inviável prosseguir as operações;
- c) ocorrer violação grave, comprovada e reiterada das disposições contratuais por culpa exclusiva da ENDIAMA que tornem impossível a continuação da relação contratual entre as Associadas.

3. Em caso de incumprimento, a Associada não faltosa deverá informar por escrito a Associada faltosa da sua intenção de rescindir o Contrato, indicando os fundamentos dessa rescisão, e deverá conceder um período máximo de 90 (noventa) dias, para que esta sane a situação de incumprimento. Caso o incumprimento não for sanado dentro do prazo acima referido, as Partes considerarão o presente contrato rescindido.

**CLÁUSULA 67.^a
(Cessação da Licença de Prospeccção)**

A licença de Prospeccção cessará os seus efeitos nos, termos da lei.

CLÁUSULA 68.^a**(Estabilidade)**

1. O disposto no presente contrato foi estabelecido com base em determinadas circunstâncias económicas, técnicas e operacionais, presentemente existentes em Angola. Caso ocorra qualquer alteração das referidas circunstâncias, que provoque uma alteração do equilíbrio contratualmente existente, as Associadas comprometem-se a tomar todas as medidas necessárias à pronta reposição do referido equilíbrio e a não tentar obter qualquer benefício ou vantagem dessa situação.

2. Verificando-se a alteração de circunstâncias referida no número anterior, as Associadas podem solicitar a revisão ou modificação do presente Contrato, ou a adaptação de qualquer outra medida apropriada, com vista a repor o equilíbrio contratual.

3. Se, no prazo de 90 dias após a solicitação referida no número anterior, as Associadas não chegarem a acordar quanto à necessidade ou modo de repor o equilíbrio contratual, a Associada lesada pela alteração pode submeter a questão a arbitragem nos termos da cláusula 73.^a do presente Contrato.

4. Se a Associada lesada entender que a alteração de circunstâncias é de tal modo gravosa que não permita a manutenção do contrato, ainda que de forma modificada, aquela pode optar pela rescisão do mesmo, sem prejuízo do recurso às cláusulas aí contidas para tal fim.

CLÁUSULA 69.^a**(Revisão)**

Para além do disposto na cláusula 68.^a, este Contrato poderá ser revisto em qualquer momento mediante acordo escrito entre as Associadas.

CLÁUSULA 70.^a**(Alteração de Circunstâncias)**

1. Se durante a vigência do presente Contrato, ocorrerem circunstâncias ou factores de natureza política, económica, financeira, legal ou mesmo tecnológica que, não constituindo situação de força maior, alteram, contudo, o equilíbrio económico, jurídico e financeiro que vigorava no momento da celebração do Contrato e provocam consequências danosas ou injustas para uma das Associadas, as cláusulas do presente Contrato afectadas por esta alteração ou pelas suas consequências, serão renegociadas com vista à adopção de mecanismos de adaptação que permitam a manutenção da relação contratual com base no equilíbrio económico e financeiro inicial.

2. Não havendo acordo entre as Associadas durante a renegociação daquelas Cláusulas do Contrato, as Associadas

recorrerão à arbitragem, nos termos da cláusula 73.^a do Contrato.

CLÁUSULA 71.^a**(Força Maior)**

1. Nenhuma das Associadas será responsável pelo incumprimento ou pelo cumprimento parcial por motivo de força maior, nela incluído todo e qualquer fenómeno alheio à sua vontade, imprevisível e incontornável, tais como, meramente exemplificativo, catástrofes naturais, guerras (declarada ou não), sabotagens, terrorismo, insurreições, distúrbios civis, greves, «lock ou», medidas legais políticas ou administrativas das entidades públicas.

2. A Associada que pretender invocar a situação de Força Maior, deverá comunicar ao Conselho de Associados no prazo de trinta (30) dias a contar da data da ocorrência do facto, devendo a Associada efectuar todas as diligências ao seu alcance com vista a redução dos efeitos do fenómeno.

3. Se a situação de força maior durar mais do que três (3) meses ou for previsível, que ela durará por um período superior àquele, as Associadas reapreciarão as condições do Contrato e as possibilidades da sua continuidade ou a conveniência da sua resolução, tendo em conta a nova realidade existente.

4. Se o Conselho de Associados optar pela continuidade do Contrato, o mesmo não suspenderá, podendo ser executado parcialmente à medida do que for possível se apenas ocorrer uma afectação parcial.

CLÁUSULA 72.^a**(Direito de Preferência)**

Caso uma das Partes esteja interessada a reduzir a sua quota de participação na Associação ou na Sociedade Comercial, as outras partes terão o direito de preferência na aquisição dessa participação, salvo se a lei impor o contrário.

CLÁUSULA 73.^a**(Resolução de Diferendos)**

1. Os eventuais diferendos que possam surgir entre as Partes, em matéria de aplicação, interpretação ou integração das disposições contratuais ou legais, deverão ser resolvidos amigavelmente, de comum acordo.

2. Não sendo possível alcançar acordo no prazo de 60 (sessenta) dias, após uma parte ter enviado à outra comunicação escrita estabelecendo os termos do diferendo e solicitando à resolução do mesmo, qualquer das Partes pode submeter o diferendo a arbitragem.

3. A arbitragem será conduzida de acordo com o estabelecido na Lei n.º 16/03, de 25 de Julho (Lei Sobre a Arbitragem Voluntária).

4. O Tribunal Arbitral será composto por 3 (três) árbitros; um nomeado pelo demandante, outro pelo demandado e o terceiro, que desempenhará as funções de árbitro presidente, escolhido de comum acordo pelos árbitros antes nomeados. O Tribunal considerar-se-á constituído na data em que o terceiro árbitro comunicar às Partes, por escrito, a sua aceitação.

5. Caso os dois árbitros nomeados não chegarem a acordo quanto a nomeação do terceiro arbitro no prazo de 30 (trinta) dias, o terceiro arbitro será nomeado pelo Presidente do Tribunal Provincial de Luanda, a requerimento do demandante ou do demandado.

6. O Tribunal Arbitral terá a sua sede jurídica em Luanda, República de Angola e julgará os aspectos substantivos do litígio de acordo com a lei material angolana e, subsidiariamente, com os princípios aplicáveis do direito internacional.

7. As decisões e sentenças do Tribunal Arbitral são definitivas e vinculativas, e delas não cabem recurso.

8. A decisão arbitral estabelecerá ainda a forma como cada uma das Partes deve suportar os custos da arbitragem e em que proporção.

CLÁUSULA 74.^a

(Entrada em Vigor)

O presente contrato entra em vigor na data em que for homologado pelo Ministro da Geologia e Minas e Indústria.

CLÁUSULA 75.^a

(Outras Disposições)

Se qualquer disposição deste Contrato violar a lei, regulamento, postura ou Diploma similar e, por essa razão, o presente Contrato de Associação se torne parcialmente nulo, anulável ou ineficaz, o mesmo Contrato considerar-se-á reduzido ao conjunto das Cláusulas válidas, permanecendo em vigor sem as disposições viciadas se, desse modo, for ainda possível a execução do objecto do presente Contrato e a execução dos objectivos pretendidos com o mesmo.

CLÁUSULA 76.^a

(Comunicações)

1. As notificações ou comunicações entre as Associadas no âmbito do presente Contrato só se consideram validamente realizadas se forem efectuadas por escrito, e entregues pessoalmente ou enviadas por correio, correio electrónico (E-mail), telecópia ou telex para os seguintes endereços:

a) Para a ENDIAMA

Rua: Major Kanhangulo, n.º 100, Edifício ENDIAMA

Telefone: 222 333 018 / 222 337 276

Fax: 222 337 216 / 222 332 718

E-mail: pca@endiama.net

Att.: Eng.º António Carlos Sumbula.

b) Para a MUAZAZA

Rua: da Liberdade, Prédio Seniza, 1.º Andar n.º 1, Saurimo

Att.: Filipe Marta Damião Santana

c) Para a ICANORAS

Rua: Rei Katyavala, n.º 126-B, S/L

Att.: Isalino Manuel Mendes.

d) Para a LEVON

Att.: Beverley Leonore Cloete

2. Qualquer alteração aos endereços acima indicados deverá ser prontamente comunicada por escrito às outras Associadas.

CLÁUSULA 77.^a

(Interpretação e Aplicação)

1. A interpretação, execução e aplicação do presente Contrato deverá obedecer ao princípio da legalidade, tendo em conta a unidade do Sistema Jurídico angolano.

2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, as disposições do presente Contrato deverão ser interpretadas da forma que melhor permitir à Associação executar as Operações de modo eficaz, célere e com menores custos, tendo em conta as soluções mais correctas do ponto de vista técnico e económico.

CLÁUSULA 78.^a

(Redução)

A invalidade total ou parcial de qualquer das disposições do presente contrato não afectará a validade das restantes cláusulas, salvo se a Parte interessada demonstrar que o fim prosseguido pelas Partes permite supor que estas não teriam concluído o presente contrato sem a Parte viciada.

CLÁUSULA 79.^a

(Anexos)

Fazem parte integrante do presente Contrato os seguintes Anexos:

a) Anexo A - Descrição e Mapa da Área do Contrato;

b) Anexo B - Programa de Trabalhos;

c) Anexo C - Programa de Formação Técnico-Profissional;

d) Anexo D - Princípios Gerais Sobre a Política de Recursos Humanos;

e) Anexo E - Princípios Gerais sobre Impacto Ambiental;

f) Anexo F - Princípios Gerais Sobre Acções de Carácter Social.

Por se julgarem justas e acordadas, as Partes assinam o presente contrato, em Luanda, aos 30 de Junho de 2011, em quatro (4) vias, fazendo todas igual fé, ficando cada uma das partes com uma via.

Pela ENDIAMA, *António Carlos Sumbula*.

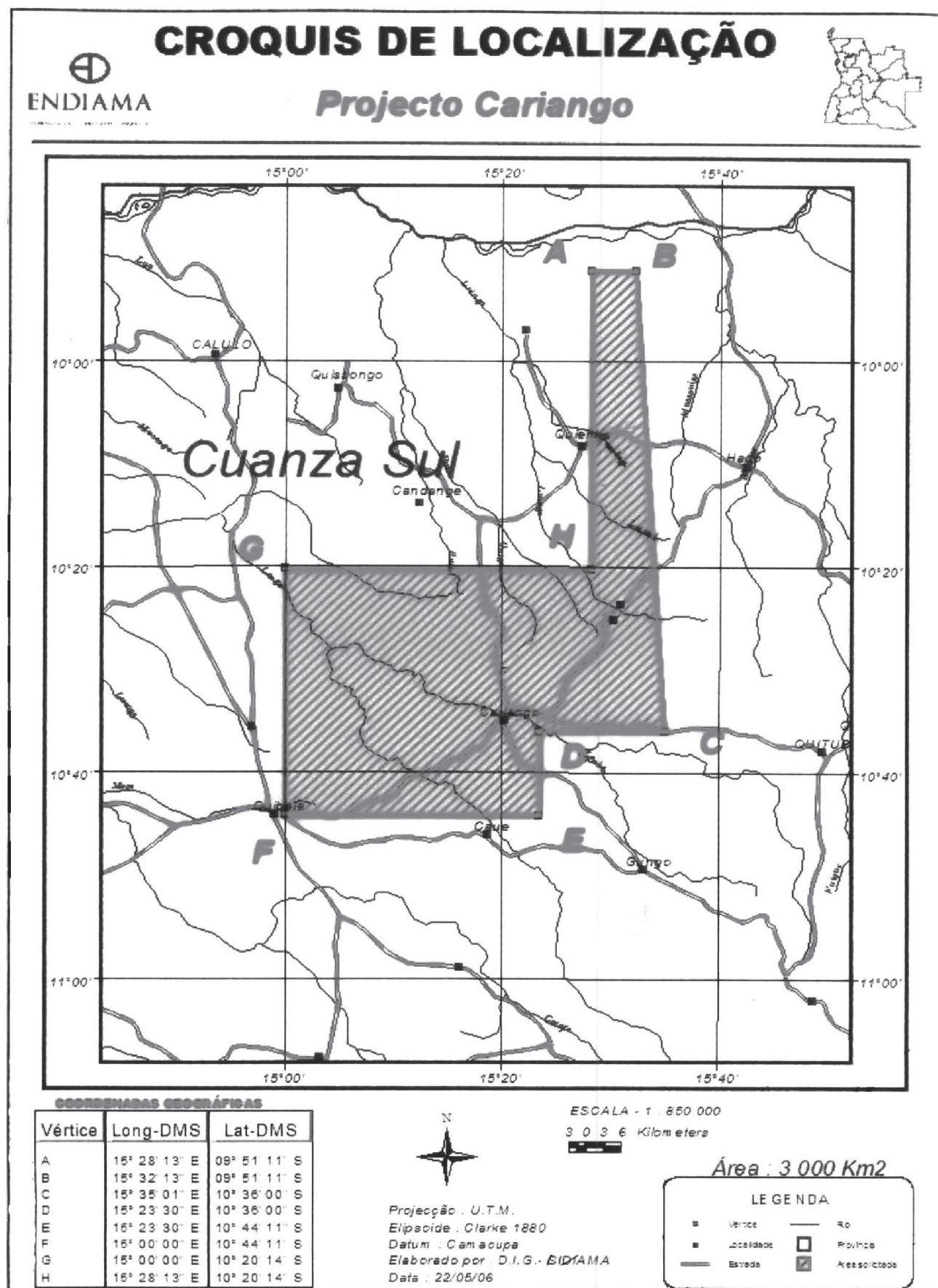
Pela MUAZAZA, *Filipe Marta Damião Santana*.

Pela ICANORAS, *Isalino Manuel Mendes*.

Pela LEVON, *Beverley Leonore Cloete*.

Pela Testemunha, *Teresa Rodrigues Dias* (Directora da DIAJ)

ANEXO A
Descrição e Mapa da Área do Contrato



ANEXO B

Programa de Trabalhos

ANEXO C

Programa de Formação Técnico-Profissional

ANEXO D

Princípios Gerais sobre a Política de Recursos Humanos

A Associação adoptará os princípios gerais sobre a política de Recursos Humanos que são definidos da seguinte forma:

1. A Associação deverá assegurar a planificação e realização de acções de formação profissional dos trabalhadores efectivos a distintos níveis, visando a sua formação e capacitação técnico-profissional para que de forma eficiente possam corresponder às exigências do processo produtivo e da inovação tecnológica;

2. O Programa de Formação Profissional deverá ser aprovado pelo Conselho de Associados e contemplará vários tipos de acções de formação ou treinamento, tais como, o treinamento “on job”, cursos de formação ou superação em estabelecimentos de ensino no país ou no estrangeiro. O referido programa deverá prever o tipo e número de beneficiários, os tipos de acções de formação/treinamento e seus respectivos custos, bem como o cronograma estabelecido;

3. A Associação deverá substituir gradualmente a força de trabalho expatriada por angolanos qualificados e competentes, de acordo aos requisitos das actividades em que participam ou das funções que desempenham, promovendo acções de formação e capacitação técnico-profissional que se acharem pertinentes;

4. A substituição do pessoal expatriado pelo nacional terá lugar à luz dos critérios internacionalmente aceites sobre o Sistema de carreiras profissionais, e sem incidências negativas nos níveis de produtividade do Projecto;

5. De acordo com as necessidades concretas e os requisitos inerentes ao exercício das variadas funções no Projecto, a Associação deverá seleccionar e empregar pessoal qualificado angolano, não somente nas suas operações geológico- mineiras, mas também em cargos de gestão;

6. A Associação deverá dar preferência ao recrutamento de trabalhadores da ENDIAMA que possuam a qualificação profissional requerida e/ou daqueles que residam na vizinhança das áreas das operações mineiras do Projecto;

7. A Associação deverá elaborar e aplicar um sistema justo e realista de remuneração, aonde o trabalhador angolano seja remunerado, de igual forma que o expatriado relativamente ao exercício de funções iguais;

8. A Associação deverá aplicar um sistema justo de seguros para os trabalhadores angolanos, tendo em conta as capacidades financeiras do Projecto e a legislação aplicável no País.

ANEXO E

Princípios Gerais sobre Impacto Ambiental**PRINCÍPIOS GERAIS SOBRE A RECUPERAÇÃO OU REPOSIÇÃO DO MEIO AMBIENTE**

A Associação adoptará os princípios gerais sobre a defesa, recuperação ou reposição do meio ambiente que são definidos da seguinte forma:

1. A Associação definirá e implementará a sua política de defesa do Ambiente de acordo com a Lei de Base do Ambiente (Lei n.º 5/98, de 19 de Junho) e demais orientações estabelecidas no sector mineiro sobre o assunto;

2. Com vista a observar as disposições legais e superiormente estabelecidas sobre a defesa do Ambiente, os Estudos de Viabilidade Técnica e Económica “E.V.T.E” elaborados, devem ser complementados com o Estudo do Impacto Ambiental do Projecto;

3. A Associação colocar-se-á a disposição das entidades competentes para a fiscalização relativa à implementação da legislação em vigor e demais orientações estabelecidas no sector mineiro sobre o assunto;

4. A Associação deverá assegurar o planeamento das actividades geológico- mineiras e de exploração de tal modo que se tenha em consideração os efeitos destas actividades no ecossistema, o impacto ambiental tanto do ponto de vista imediato, quanto a longo prazo;

5. De entre os efeitos da actividade mineira, a Associação deverá prestar especial atenção:

a) A remoção do estéril deverá ser encaminhada para locais apropriados, permitindo que após a exploração de cada zona mineira se possa refazer a camada de vegetação anteriormente existente naquelas áreas;

b) Os rejeitados provenientes das lavarias deverão ser colocados em áreas previamente exploradas; Todavia, o rejeitado das lavarias de meio denso poderão ser usados na construção e/ ou manutenção de estradas, reduzindo os custos de produção neste âmbito, bem como evitando a deposição e manutenção de enormes volumes de rejeitados o que pode afectar a redes de drenagem natural em determinada área;

- c) Os desvios de rios, bem como o corte de árvores deverão ser executados de maneira a não obstruir a drenagem natural, evitar os fenómenos de erosão pluvial, bem como a reposição das espécies vegetais (rearborezação);

6. Relativamente a restauração do meio ambiente degradado, a Associação deverá desenvolver várias acções, entre as quais destacam-se as seguintes:

- a) arborização das áreas degradadas;
- b) devolução dos troços dos rios nos leitos originais;
- c) restauração dos solos férteis;
- d) modelar a arquitectura paisagística;
- e) destruição das antigas infra-estruturas de apoio caso as mesmas não possuam aplicabilidade noutras actividades;
- f) remoção de todos equipamentos e engenhos avariados na área do projecto, etc.

7. A deposição de lixo domésticos e industriais deverá ser feita em conformidade com as práticas internacionalmente aceites, isto é, introduzindo procedimentos para o controlo, tratamento e deposição de todo tipo de lixo existentes (sistema selectivo de colecta de lixo, aterros, etc.);

8. O processo de restauração do meio ambiente degradado deverá ser programado, cronogramado e orçamentado;

9. A Associação colocar-se-á a disposição das entidades competentes do Estado, bem como das equipas especializadas da ENDIAMA para o devido controlo e fiscalização, com vista a se avaliar o grau de cumprimento da legislação em vigor e demais orientações estabelecidas sobre a defesa ambiental, bem como identificar possíveis irregularidades ou danos ao meio ambiente, susceptíveis de perigar a vida das populações locais e criar desequilíbrio dos ecossistemas da região.

ANEXO F

Princípios Gerais sobre Acções de Carácter Social

A Associação adoptará os princípios gerais sobre as acções de carácter social que são definidos da seguinte forma:

1. A Associação definirá e implementará a sua política de apoio social às comunidades locais das áreas mineiras onde opera o projecto, participando, deste modo, nos esforços do Governo, autoridades administrativas locais e entidades tradicionais para o desenvolvimento sociocultural das populações;

2. A Associação, através do seu órgão de gestão, deverá aprovar e implementar um programa de acções de carácter social, tendo em consideração a necessidade da sua contri-

buição para o desenvolvimento comunitário, as capacidades financeiras do Projecto, bem como a vida real e as necessidades mais prementes dos trabalhadores do Projecto, seus parentes mais próximos e a população local;

3. O Programa de acções sociais deverá estabelecer prioridades na actuação da Associação, pelo que atenção especial, deverá ser prestada para:

- a) Criação ou reabilitação de empreendimentos sociais e culturais, tais como, escolas, postos médicos, fontenários, museus, centros de lazer e habitações;
- b) Participação nos programas de combate e/ou prevenção contra a poliomielite, malária, sida, etc.

4. A Associação deverá consolidar as suas relações de colaboração e de intercâmbio com as autoridades administrativas, as entidades tradicionais, agentes económicos e a população em geral para o bom êxito das actividades socioculturais;

5. A Associação deverá em conjunto com as autoridades locais e os beneficiários do apoio social, criar mecanismos de controle e de preservação dos empreendimentos construídos ou reabilitados, de tal modo que tenha lugar e se consolide o impacto social desejado;

6. Os custos e despesas relacionados com as acções de carácter social deverão ser considerados para todos efeitos como custos da Associação e serem tratados de acordo ao estipulado no presente Contrato (Acordo). Por conseguinte, o Programa de acções sociais deverá ser orçamentado e cronogramado;

7. A Associação deverá colocar-se à disposição das entidades competentes do Estado e da ENDIAMA, para efeitos de fiscalização das acções, fundamentalmente, obras de impacto social nas zonas mineiras.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Despacho n.º 503/12

de 17 de Maio

Por conveniência de serviço público;

Convindo cobrir a vaga de Chefe de Secção de Informática do Gabinete dos Recursos Humanos, criada ao abrigo do artigo 3.º, n.º 2 alínea c) do Decreto Executivo n.º 95/12, de 9 de Março, que aprova o Regulamento Interno do Gabinete dos Recursos Humanos;